

# RELATÓRIO DE EXPOSIÇÃO CIRCUNSTANCIADA DE GOVERNO EXERCÍCIO – 2019





#### RELATÓRIO DE EXPOSIÇÃO CIRCUNSTANCIADA DE GOVERNO

#### **APRESENTAÇÃO**

Atendendo a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão-TCE/MA da Instrução Normativa N°52/2017-TCE/MA, que dispõe sobre a organização da prestação de contas do Prefeito Municipal, apresentamos abaixo as tabelas que compõe o controle da administração do poder executivo municipal, elaborado pela equipe de governo da Prefeitura de São Luís para manifestar com destaque sobre os seguintes aspectos:

- 1.EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS;
- 2. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;
- 3.CRÉDITOS ADICIONAIS DO MUNICÍPIO;
- 4.POVOADOS EXISTENTES DO MUNICÍPIO;
- 5.VEÍCULOS UTILIZADOS PELOS ÓRGÃOS, FUNDOS OU ENTIDADES DA ADMNISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DO MUNICÍPIO;
  - 6.ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS;
- 7.EMPRÉSTIMOS CONTRATADOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA;
- 8.CUMPRIMENTO DA APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS NA EDUCACAO E O ÚLTIMO LEVANTAMENTO DO IBGE QUE EVIDENCIE O NÚMERO DE CRIANCAS EM IDADE ESCOLAR NO MUNICÍCIPIO, AS UNIDADES DE ENSINO E A SITUACAO DOS ALUNOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR UNIDADE DE ENSINO;
- 10.CUMPRIMENTO DA APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE E OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE;
- 9.EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL;
  - 10.SITUAÇÃO DE BENEFÍCIOS (beneficiários e pensionistas);



11. CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO;

11.DEVEDORES DA DAM;

12.REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO EXPEDIDA PELO PODER JUDICIÁRIO (Precatórios e requisições de pequeno valor);

13.TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADAS OU CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO;

14.PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:SITUAÇÃO DE DEMANDAS JUDICIAIS DE RELEVÂNCIA FINANCEIRA / CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA, TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA / Débitos Imputados pelo TCE/MA);

15.ATENDIMENTOS OU JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS.

#### 1. EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS

A receita municipal de São Luís apresentou uma variação de 6,56% no quadriênio 2016 – 2019, como mostrado na tabela 1. A receita realizada em 2019 foi de R\$ 3.111.681.670 (três bilhões, cento e onze milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta reais), enquanto a de 2016 foi de R\$ 2.920.110.947 (dois bilhões, novecentos e vinte milhões, cento e dez mil e novecentos e quarenta e sete reais). Comparando-se os anos de 2019 e 2018, a variação foi de 7,35%, conforme mostra a tabela a seguir.

TABELA 1 - Receitas Municipais por Origem dos Recursos 2016-2019.



DESCRIÇÃO	RECEITA ARRECADADA				VARIAÇÃO ANO A ANO			VARIAÇÃO QUADRIÊNIO
	2016	2017	2018	2019	2017/16	2018/17	2019/18	2019/16
RECEITAS CORRENTES	2.851.543.716	2.769.953.632	2.880.465.489	3.058.058.099	-2,86%	3,99%	6,17%	7,24%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	740.546.263	761.113.891	792.661.797	810.223.384	2,78%	4,14%	2,22%	9,41%
Impostos	718.268.247	742.450.709	770.411.771	788.381.562	3,37%	3,77%	2,33%	9,76%
IRRF	79.908.255	82.364.156	88.895.314	92.646.249	3,07%	7,93%	4,22%	15,94%
IPTU	98.079.724	127.837.208	114.490.537	110.795.895	30,34%	-10,44%	-3,23%	12,97%
ITBI	28.588.617	24.511.690	29.223.700	34.193.729	-14,26%	19,22%	17,01%	19,61%
ISSQN	511.691.651	507.737.655	537.802.220	550.745.688	-0,77%	5,92%	2,41%	7,63%
Taxas	22.278.016	18.663.182	22.250.027	21.841.822	-16,23%	19,22%	-1,83%	-1,96%
Lic. Func. (Alvará)	12.276.413	11.541.647	12.111.638	12.015.100	-5,99%	4,94%	-0,80%	-2,13%
Outras Taxas	10.001.603	7.121.536	10.138.389	9.826.722	-28,80%	42,36%	-3,07%	-1,75%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	162.622.559	165.725.699	156.293.843	144.052.019	1,91%	-5,69%	-7,83%	-11,42%
RECEITA PATRIMONIAL	61.748.890	35.441.405	29.365.481	47.396.488	-42,60%	-17,14%	61,40%	-23,24%
Imobiliárias	447.349	377.783	1.051.528	594.844	-15,55%	178,34%	-43,43%	32,97%
Valores Mobiliários	60.681.445	34.703.316	28.313.953	46.623.727	-42,81%	-18,41%	64,67%	-23,17%
Demais Rec. Patrimoniais	620.095	360.306	-	177.917	-41,89%	- 100,00%	-	-71,31%
RECEITA DE SERVIÇOS	331.024	230.142	94.200	47.635	-30,48%	-59,07%	-49,43%	-85,61%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.807.704.274	1.773.095.674	1.879.174.939	2.011.024.261	-1,91%	5,98%	7,02%	11,25%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	78.590.707	34.346.820	22.875.228	45.314.313	-56,30%	-33,40%	98,09%	-42,34%
RECEITAS DE CAPITAL	68.567.231	8.529.416	17.826.256	53.623.571	-87,56%	109,00%	200,81%	-21,79%
Operações de Crédito	64.251.703	7.834.072	13.634.489	53.077.205	-87,81%	74,04%	289,29%	-17,39%
Alienação de Bens	-	1.544	117.873	-	-	-	-	-
Transf. Capital	4.315.528	693.801	4.073.894	546.366	-83,92%	487,19%	-86,59%	-87,34%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA TOTAL	2.920.110.947	2.778.483.048	2.898.291.745	3.111.681.670	-4,85%	4,31%	7,36%	6,56%

FONTE: SEMFAZ



#### 1.1. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS - SÃO LUÍS (2016-2019)

Da composição da Receita Total Municipal, em 2019, observa-se mais uma vez a forte dependência de recursos recebidos dos governos federal e estadual sob a denominação de Transferências Correntes, mostrada no gráfico 1, cuja participação foi de 64,6% da Receita Total Municipal em 2019.

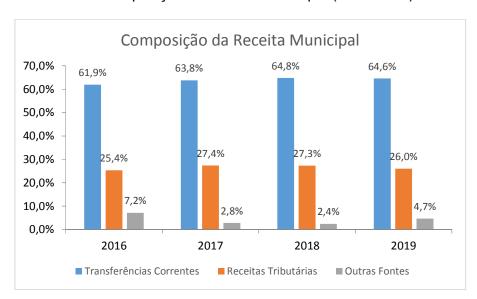
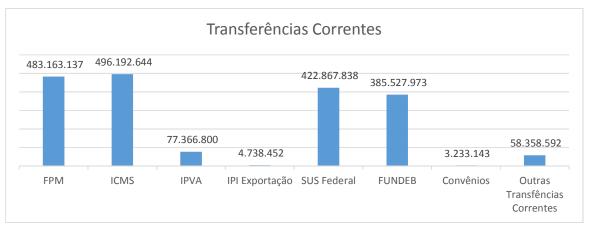


Gráfico 1 – Composição da Receita Municipal (2016-2019)

As Transferências ainda são a maior fonte de recursos da Prefeitura, seu comportamento no período de 2016 a 2019, confirmou a dependência que voltou à proporção de 64,6%, mantendo-se em linha para o quadriênio, que apresentaram esta performance devido ao aumento do desempenho das Receitas de Outras Fontes nesses anos. O gráfico 2 ilustra a composição das Transferências Correntes em 2019.



Gráfico 2 – Composição das Transferências Correntes (2019)



FPM, ICMS, FUNDEB e SUS continuaram a ser as principais fontes de recursos do Município. Juntos, eles responderam por 96% das Transferências Correntes. O ICMS e o FPM constituem as maiores receitas de transferências (24,7%) e (24,0%) respectivamente, seguida do SUS Federal com 21,0% e do FUNDEB, com 19,2%.

O gráfico 4, expõe a composição das Receitas Tributárias, sendo esta a segunda maior fonte de recursos municipais. A Receita procedente de Impostos apresentou um aumento de 9,76% em 2019, se comparado a 2016. As receitas de ISSQN, IPTU tiveram o mesmo desempenho se comparadas aos anos anteriores, ou seja, tendência de alta, mesmo num cenário de crise.

Gráfico 3 – Composição das Receitas Tributárias 2019.





No ano de 2019, as receitas, efetivamente arrecadadas, foram da ordem de R\$ 3.111.681.670 (três bilhões, cento e onze milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta reais) correspondendo a 94,91% da estimativa inicial da LOA.

#### 1.2. Resultados Primário e Nominal 2019

A tabela 2 dispõe acerca da relação entre a estimativa e o realizado para os Resultados Primário e Nominal no ano 2019. O Resultado Primário mede a capacidade de pagamento da Administração Municipal.

Tabela 2: Metas Anuais para 2019

ESPECIFICAÇÃO	20	19	2019		
ESPECIFICAÇÃO	PROJETADO	REALIZADO	DIFERENÇA	%	
Receita Total	3.278.717.554	3.111.681.670	-167.035.885	-5,09%	
Receitas Primárias (I)	3.015.402.857	2.995.102.098	-20.300.760	-0,67%	
Despesa Total	3.334.010.636	3.048.875.897	-285.134.739	-8,55%	
Despesas Primária (II)	3.235.693.684	2.809.329.352	-426.364.332	-13,18%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-220.290.827	185.772.745	406.063.572	-184,33%	
Resultado Nominal	-28.434.970	207.587.438	-	-	
Dívida Pública Consolidada	-	-725.712.663	-	-	
Dívida Consolidada Líquida	-	-608.297.635	-	-	

FONTE: Sistema GIAP/SIOP. PMSL/SEPLAN-SEMFAZ-SEMIT. Dados RREO e LDO.

O Resultado Nominal, indicador que mede o grau de endividamento do Poder Público Municipal para este período, apresenta-se positivo para o período realizado, indicando que a Prefeitura diminuiu o estoque com serviços da dívida.

### 2.EMPRÉSTIMOS CONTRATADOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Não houve empréstimos contratados por antecipação de receita do Município de São Luis no exercício de 2019.

#### 3.EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL



A Receita Corrente Líquida tem evoluído conforme vem se desenvolvendo as ações de aumento da Receita Total, norteadas principalmente pelas ações visando o aumento da arrecadação própria.

### 4.REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO EXPEDIDA PELO PODER JUDICIÁRIO (Precatórios e requisições de pequeno valor)

Abaixo, seguem informações sobre as requisições de pagamentos expedidas pela Procuradoria Geral do Município de São Luis:

#### **5.ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS**

Os adiantamentos concedidos durante o exercício 2019 estão arrolados na planilha abaixo, sedo sua qualificação detalhada por tipo de administração(direta ou indireta) e por Órgão ou Unidade:

### 6.TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADAS OU CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO

Abaixo, seguem as informações pertinentes tomadas de contas especiais

## 7.PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:SITUAÇÃO DE DEMANDAS JUDICIAIS DE RELEVÂNCIA FINANCEIRA/ CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA, TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

A presente tabela enumera os débitos imputados pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, apresentando informações sobre a deliberação do TCE/MA, bem como o valor do débito, informações sobre o devedor, as medidas adotadas e valor e a data do ressarcimento.

### 8.ATENDIMENTOS OU JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS

Tendo em vista a ausência de um sistema informatizado para monitoramento e cumprimento dessas decisões por parte do TCE/MA, informamos da inviabilidade de consolidação dos dados relativos às Recomendações e Determinações expedidas pelo TCE/MA. Informamos ainda que a Prefeitura Municipal de São Luís tem buscado o atendimento às obrigações deliberadas em plenárias e, portanto, comuns a todos os



Gestores, como por exemplo: a regulamentação do Acesso à Informação, adequação aos Sistemas de Auditoria Eletrônica, etc...

#### 9.POVOADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

O município de São Luís tem na sua extensão territorial um total de 73(setenta e três) povoados, cuja relação com nomes e quilômetros de distância a partir da Capital, encontra-se no anexo. Informamos, ainda, que o acesso até a comunidade feito por transportes terrestres.

#### 10.PREVIDÊNCIA SOCIAL, BENEFICIÁRIOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO

O Instituto de Previdência e Assistência do Município -IPAM é uma autarquia municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, gozando de autonomia administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial, dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 4395, de 20 de setembro de 2004. Cumpre a função de arrecadar, assegurar e administrar recursos financeiros e outros ativos para o custeio dos proventos de aposentadoria das pensões e outros benefícios previstos em lei, concedendo a todos os seus segurados e respectivos dependentes os benefícios previdenciários previstos em lei promovendo serviços de inspeção de saúde dos servidores municipais para fins de admissão, licenças, aposentadorias e congêneres.

Os servidores ativos efetivos e/ou estabilizados, bem como pensionistas e aposentados da Prefeitura de São Luís realizam anualmente o Recadastramento ou Censo Previdenciário para regularização dos seus beneficiários e pensionistas.

### 11. LEI DA TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (Texto sujeito à alterações de acordo com informações do órgão/CGM)

Em atendimento à Lei de Transparência – Lei complementar nº131, de 27 de maio de 2009 e da Lei de Acesso à Informação- Lei Nº12.527, de 18 de novembro de 2011, a Prefeitura de São Luís consolidando um dos pilares da atual administração que é o compromisso com a transparência, o controle e o acesso à informação através do Portal da Prefeitura na internet para que o cidadão solicite informações à administração pública e da existência de postos físicos para o atendimento presencial ao usuário.

A Prefeitura tem como referência a Escala Brasil Transparente que é um indicador da Controladoria Geral da União, que tem como objetivo medir o grau de transparência das administrações públicas estaduais e municipais quanto ao cumprimento da Leis acima mencionadas.



O novo Portal da Transparência da Prefeitura de São Luís que pode ser acessado no endereço http://transparencia.saoluis.ma.gov.br/ foi aperfeiçoado e disponibiliza ao público novas informações, de forma ainda mais detalhada, integração entre consultas, visualização em gráficos e novos canais com o cidadão, por meio do qual este pode solicitar informações e documentos (e-SIC) e efetuar denúncias, reclamações, elogios e solicitação de serviços (e-Ouv).

O lançamento do novo Portal da Transparência, mais moderno e com mais canais de interação, amplia as ações da gestão para que o cidadão tenha as ferramentas para o exercício do controle social. O portal traz informações inéditas como os mapas georreferenciados, que indicam a localização de institutos, secretarias, fundações municipais, escolas e unidades de saúde. O portal disponibiliza, ainda, informações detalhadas sobre receita e despesa públicas, licitações e contratos, convênios e outros repasses. Também constam entre as informações dados sobre atos e deliberações e regularidades municipais. Há ainda informações que dizem respeito à responsabilidade fiscal, com demonstrativos contábeis e fiscais e dados sobre a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA).

O Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Luis, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia (Semit) e é gerido pela Controladoria-Geral do Município (CGM)cuja finalidade é uniformizar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização pelo cidadão das ações da administração pública municipal, foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 48.665, de 2016 e, posteriormente, estabelecido por meio da Lei Municipal nº 6.174, de 2017.

A Prefeitura de São Luís tem se sobressaído pela manutenção do instrumento de transparência de maneira satisfatória. Ao se manter regular na avaliação do TCE, a Prefeitura de São Luís se distingue por ser cumpridora de todos os critérios legais e os de atendimento verificado pelo Tribunal, o que mantém a Prefeitura apta a receber transferências voluntárias e celebrar convênios com os governos Federal e do Estado.

Visando fortalecer e a modernizar o controle interno e de transparência a atual gestão determinou por meio do Decreto Municipal nº 52.319, de 7 de maio de 2019 a implantação do sistema de registro e controle dos processos de tomadas de contas especial da Prefeitura de São Luís, por intermédio da Controladoria-Geral do Município (CGM). O Sistema Suprema permite , de maneira informatizada, a inserção de atos e documentos que instruem o processo de tomada de contas especial, em conformidade com a Instrução Normativa TCE/MA nº 50/2017. O sistema de processamento de tomada de contas especial foi cedido gratuitamente, como fruto da cooperação pelo Governo do Estado do Maranhão e a Prefeitura de São Luís, viabilizada pela formalização de termo de parceria, entre a Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STC) e a Controladoria-Geral do Município.



A regulamentação, implantação do Sistema Suprema e a capacitação dos servidores envolvidos nos processos de tomada de contas especial possibilitarão mais eficiência no controle, na transparência e gestão desses processos, assim como melhores resultados na busca por eventuais ressarcimentos ao Erário Municipal.

A tomada de contas especial é um processo administrativo, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com objetivo de obter ressarcimento. Essa dinâmica tem por base a apuração de fatos, a quantificação do dano e a identificação dos responsáveis.

#### 12.EDUCAÇÃO

A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação-Semed executa o programa Novo Mais Educação contribuindo para oferecer uma educação de qualidade para as crianças da rede pública municipal. O programa foi implantado em São Luís na perspectiva de construir uma educação pública de qualidade social, ampliando a jornada escolar com atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e lúdicas, realizadas no contraturno e, assim, fortalecer a educação integral e inclusiva. Destaca-se a ação formativa em 2019 com o Encontro de Mediadores e Facilitadores do Programa Novo Mais Educação em São Luís,que teve como tema "Orientações Pedagógicas sobre a execução do Programa Novo Mais Educação.A formação ocorreu em diversas áreas do conhecimento, entre elas Língua Portuguesa, Matemática, Artes e Práticas Esportivas e contou com a participação de cerca de 200 educadores selecionados.

Pra ampliar oportunidades aos alunos e educadores da rede municipal a outras formas de conhecimentos,como o exercício da cidadania novas parcerias foram firmadas entre a prefeitura e entidades públicas e privadas, como o Tribunal Regional Eleitoral para a execução do Projeto Prefeito Criança, que realiza formação voltada para educadores e alunos das escolas participantes, gestores e coordenadores pedagógicos municipal de São Luís. A capacitação, que prevê encontros bimestrais aborda ainda temas voltados para artes, educação, meio ambiente, saúde, cultura, entre outras. O objetivo é despertar a consciência política e social das crianças e adolescentes da rede pública municipal, além de incentivá-las a conhecerem os trabalhos dos poderes Legislativo e Executivo, sendo eleitos o prefeito e o vice-prefeito Criança, por cada uma das cinco escolas participantes, na liderança do processo de estímulo à leitura dentro do ambiente escolar, a idéia é que a posição ocupada atuamente pelas crianças dê a elas também as responsabilidades do cargo, como representantes dos estudantes e das escolas da rede.

Representantes da Fundação Lemann, organização educacional com a qual a Prefeitura de São Luís tem parceria de prestação de consultoria na área, visando à melhoria da aprendizagem dos alunos da rede municipal de ensino e o desenvolvimento



da educação básica na capital. Na ocasião, foi discutido o trabalho executado por meio da parceria que tem contribuído principalmente em três eixos de atuação: formação continuada, currículo e avaliação. Participaram da reunião a diretora de Educação da Fundação Lemann, Camila Pereira, o coordenador de Projetos da instituição, Bruno Betat, o secretário municipal de Educação (Semed), Moacir Feitosa, além de gestoras e coordenadoras de área da Semed.

São Luis foi uma das 25 cidades brasileiras selecionadas pela Fundação Lemann para participar das ações educacionais do programa "Formar", iniciativa instituída pela organização. Há 15 anos a Fundação lemanntrapbalha em prol de uma educação pública de qualidade para todos e apoiamo pessoas e organizações que dedicam suas vidas a solucionar os principais desafios sociais do Brasil. Trata-se de organização familiar, sem fins lucrativos, que atua sempre em parceria com Governos e outras entidades da sociedade civil, de maneira plural, inclusiva e buscando caminhos que funcionam na escala dos desafios do Brasil.

A capital maranhense foi contemplada por atender aos critérios que dizem respeito ao engajamento da gestão municipal em favor da educação de qualidade no município, implementada por meio de uma gama de iniciativas com essa finalidade, a exemplo do programa "Educar Mais", uma iniciativa da atual gestão, tendo como foco principal a aprendizagem, a formação continuada de docentes, o monitoramento, a melhoria da gestão e da infraestrutura das unidades escolares, entre outros aspectos.

Foi mais uma parceria da Prefeitura de São Luís com o propósito de qualificar a aprendizagem de nossos alunos, fortalecer a educação municipal e elevar os indicadores da educação básica a patamares cada vez melhores.

Crianças e adolescentes internados ou em tratamento na Unidade Materno Infantil do Hospital Universitário Presidente Dutra, da Universidade Federal do Maranhão (HU/UFMA) passaram a contar com sala de aula para acompanhamento pedagógico e continuidade do processo de aprendizagem. A iniciativa do projeto Classe Hospitalar é uma parceria do Hospital Universitário com a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), que há 8 anos visa garantir a continuidade dos estudos aos alunos impossibilitados de frequentar a escola por motivo de internação hospitalar ou de atendimento ambulatorial para fins de tratamento de saúde.

A Classe Hospitalar do Materno Infantil surgiu por uma necessidade identificada pelos médicos pediatras da Unidade, que percebiam as constantes reclamações das mães e dos pais das crianças e adolescentes internados ou em tratamento com relação à situação dos filhos na escola. Toda criança que sofre um processo de hospitalização, seja por curto ou longo espaço de tempo, acaba ficando desmotivada, desanimada ou até mesmo depressiva, chegando a perder o ano letivo por conta de tratamentos.inauguração da Classe Hospitalar na Unidade de Atenção à Criança, que funciona no 4º andar do Materno Infantil, ao lado da brinquedoteca, é mais



um passo no cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação (PME) para a erradicação do analfabetismo e universalização do acesso à Educação.

A seguir apresentamos o desempenho dos principais programas no exercício 2019da Secretaria Municipal de Educação-SEMED ,de acordo com as ações propostas no Plano PLurinanual 2018-2021.

#### 1. PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL - EI

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, constitui direito da criança de zero a cinco anos, a que o Estado tem direito de atender e a família a obrigatoriedade de fazer a matrícula, a partir dos quatro anos de idade, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e linguístico, complementando a ação da família e da comunidade. As práticas pedagógicas por ela desenvolvidas se concretizam na perspectiva de estabelecerem vínculos afetivos entre educadores e educandos, ampliando, gradativamente, as possibilidades de comunicação, interação social e construção do conhecimento como um todo.

Nessa etapa de ensino busca-se o desenvolvimento das linguagens corporal, musical, plástica, verbal e escrita para possibilitar à criança compreender e ser compreendida, expressar suas ideias, sentimentos e necessidades, para avançar em seu processo de construção de significados sobre o mundo em que está inserida.

O trabalho pedagógico da Rede, com as crianças é organizado com o objetivo de garantir o acesso e a permanência na escola, assegurando-lhes o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças.

A Educação Infantil será oferecida em:

- Creche, para crianças de zero até três anos e onze meses de idade;
- Pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos e onze meses de idade.

O atendimento a educação infantil caracteriza-se como espaço institucional, que educa e cuida de crianças no período diurno, em jornada parcial ou integral, regulado e supervisionado por órgão competente do Sistema Municipal de Ensino e submetido ao controle social.

REFORMA E AMPLIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL ANEXO II IPASE DE BAIXO UEB SENADOR – REFORMA E AMPLIAÇÃO DE SALA

As ações desenvolvidas nesse programa visam garantir a realização das obras de reforma e ampliação da estrutura física nas instituições de Educação Infantil,



segundo os padrões arquitetônicos e de acessibilidade, atendendo às especificidades das crianças de 6 meses a 5 anos de idade.

As reformas e as ampliações nas instituições da Educação Infantil garantem o acesso, a segurança e as adequações do espaço físico para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, na educação pública municipal, contribuindo para a permanência e o sucesso das crianças de forma a ampliar e consolidar seus direitos.

"Chefinho Saudável" na Creche Escola Ma de Jesus Carvalho

Neste programa as ações são desenvolvidas em parceria com o Governo Federal - FNDE e visam garantir alimentação escolar de qualidade para as crianças da Educação Infantil.

A alimentação escolar de qualidade contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, atendendo as especificidades da Educação Infantil e as normas estabelecidas pelo MEC/FNDE, com cardápios elaborados conjuntamente por nutricionistas, empresas terceirizadas e pela Semed.

#### SEGURANÇA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As ações desenvolvidas nesse programa visam garantir recursos destinados à segurança escolar nas instituições de Educação Infantil, bem como, garantir recursos para contratação de empresas privadas de segurança escolar e firmar parcerias com instituições de interesses afins, possibilitando um ambiente seguro e saudável nas instituições de Educação Infantil.

#### TRANSPORTE ESCOLAR ACESSÍVEL EDUCAÇÃO INFANTIL

As ações desenvolvidas nesse programa visam garantir o translado escolar acessível às crianças que residem na zona rural, bem como de todas as crianças da Educação Infantil para eventos didático-pedagógicos.

O transporte escolar acessível garante às crianças que residem na zona rural, o acesso e a permanência nas instituições de Educação Infantil, bem como a participação de todas as crianças de 6 meses a 5 anos de idade em eventos didático-pedagógicos, assegurando o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social e a consolidação de seus direitos.s riscos de ocorrências e fortalecendo a construção da cultura da paz.

AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



As ações desenvolvidas nesse programa visam garantir a realização dos programas e projetos didático-pedagógicos na Educação Infantil.

Os programas e projetos didático-pedagógicos tem como prioridades o ensino, a aprendizagem e proporcionam o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social das crianças em atendimento em creches e pré-escolas, consolidando seus direitos.

#### AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Avaliações processuais quantitativas e qualitativas realizadas no Programa do PPA - Educação Infantil, objetivam subsidiar a equipe gestora da Semed na reorganização do planejamento e na execução das ações, numa perspectiva de construção de uma educação integral de qualidade social e no cumprimento das diretrizes educacionais estabelecidas pelos governos federal, estadual e municipal.

#### AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação na Educação Infantil é realizada mediante o acompanhamento do trabalho pedagógico e o registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, seleção ou classificação, mesmo para acesso ao Ensino Fundamental.

O registro é realizado por meio do Relatório de Desenvolvimento da Criança e Portfólio, considerando os seguintes aspectos:

- Observação crítica e criativa das atividades, interações e brincadeiras das crianças;
- Aproveitamento dos múltiplos registros das crianças e adultos (registros escritos, gravações, vídeos, fotos, produções, etc) para compor o portfólio de cada criança;
- A continuidade dos processos de aprendizagem das crianças por meio da aplicação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança;
- Construção de documentação específica (Relatório de Desenvolvimento da Criança), que deverá ser apresentado às famílias semestralmente.
- Além desses aspectos, são objetos de avaliação na Educação Infantil a infraestrutura das escolas, os recursos humanos e materiais e o trabalho pedagógico.

#### 2. PROGRAMA ENSINO FUNDAMENTAL – EF

O Ensino Fundamental, segunda etapa da educação básica é direito público subjetivo, constitui direito da criança de seis a quatorze anos, o Estado e a família têm



o dever de atender, tem por objetivo a formação do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, com vistas à aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores de fortalecimento dos vínculos familiares, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei, das normas nacionais vigentes e do Parecer CNE/CEB, nº 02/2018.

Através dos programas e projetos e das ações pedagógicas que desenvolve, ele visa promover um ensino de qualidade social, com o auxílio de recursos didático-pedagógicos e tecnologia adequada com atendimento aos estudantes do 1º ao 9º ano.

Sendo assim, as práticas pedagógicas são estabelecidas para desenvolver as competências profissionais das equipes escolares, proporcionando a construção de uma rede de aprendizagens capaz de mobilizar as equipes técnicas da Semed, as equipes escolares e a comunidade no trabalho coletivo, para a consolidação de uma escola pública de qualidade social.

O programa está constituído por ações e de forma articulada ao Plano Municipal de Educação de São Luís, conforme demonstrado no quadro a seguir.

#### MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

A ação tem por objetivo garantir a realização de obras de reforma e ampliação da estrutura física nas escolas segundo os padrões arquitetônicos e de acessibilidade, atendendo as especificidades do Ensino Fundamental.

A reforma e a ampliação no Ensino Fundamental proporcionam o acesso, a segurança e a adequação do espaço físico para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na educação pública municipal, contribuindo para a permanência e o sucesso dos estudantes de forma a ampliar e consolidar seus direitos.

Garantir a manutenção preventiva e corretiva na estrutura física das escolas do Ensino Fundamental.

A manutenção da estrutura física das escolas do Ensino Fundamental, garante a melhoria das condições de trabalho, otimização das atividades didático-pedagógicas, segurança na estrutura física e a consolidação dos direitos das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos.



AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Garantir a aquisição de equipamentos e materiais permanentes acessíveis possibilita as condições favoráveis para a realização das atividades didático-pedagógicas e a ampliação gradativa do tempo de permanência dos estudantes nas escolas do Ensino Fundamental, assegurando seu desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social e a consolidação de seus direitos.

FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DEMAIS CATEGORIAS DA EE

As ações desenvolvidas nesse programa visam garantir a formação continuada para os profissionais do magistério e demais categorias da Educação Infantil, em especial a formação continuada em serviço.

A formação para os profissionais do magistério e demais categorias, proporciona a valorização dos profissionais, a reflexão do fazer pedagógico, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem das crianças da Educação Infantil.

MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ações administrativas asseguram a realização de despesas que garantam o funcionamento eficiente das escolas do Ensino Fundamental, bem como uma educação pública municipal de qualidade.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Garantir alimentação escolar de qualidade para os estudantes do Ensino Fundamental. A alimentação escolar de qualidade contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, atendendo as especificidades do Ensino Fundamental e as normas estabelecidas pelo MEC/FNDE.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS CONVENIADAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Garantir alimentação escolar de qualidade para os estudantes nas escolas conveniadas.



A administração pública municipal poderá atuar em regime de colaboração com os entes federados e a sociedade civil garantindo nas escolas conveniadas a alimentação escolar de qualidade que contribui para as condições de aprendizagem e permanência dos estudantes na escola, de tempo parcial ou de tempo integral, conforme normas estabelecidas pelo MEC/FNDE.

#### SEGURANÇA ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL

Garantir recursos destinados a segurança patrimonial preventiva e ostensiva nas escolas do Ensino Fundamental. A ação segurança escolar visa garantir recursos para contratação de empresas privadas de segurança escolar, bem como firmar parcerias com instituições de interesses afins, possibilitando um ambiente seguro e saudável nas escolas do Ensino Fundamental, minimizando os riscos de ocorrências e fortalecendo a construção da cultura da paz.

#### TRANSPORTE ESCOLAR ACESSÍVEL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Garantir o translado escolar acessível dos estudantes que residem na zona rural, bem como de todos os Estudantes do Ensino Fundamental para eventos didático-pedagógicos.

O transporte escolar acessível viabiliza aos estudantes que residem na zona rural, o acesso e a permanência nas escolas do Ensino Fundamental, bem como a participação de todas as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos em eventos didático-pedagógicos.

FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DEMAIS CATEGORIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Garantir a formação continuada para os profissionais do magistério e demais categorias do Ensino Fundamental, em especial a formação continuada em serviço.

A formação para os profissionais do magistério e demais categorias, proporciona a valorização dos profissionais, reflexão do fazer pedagógico, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental.envolvimento físico, psicológico, intelectual e social e a consolidação de seus direitos.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO FUNDAMENTAL



A Avaliação do Ensino é feita pelas avaliações externas têm como objetivo diagnosticar a educação básica no País e alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A Semed, em 2017, implantou seu instrumento próprio de avaliação externa SIMAE - Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís.

#### AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

#### I. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB foi criado pelo INEP em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O índice é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb (Prova Brasil), em Língua Portuguesa e Matemática

RENDIMENTO ESCOLAR DE SÃO LUÍS - 2017

Fonte: Censo Escolar

 Desempenho Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino na Prova Brasil

Proficiência anos Iniciais (Língua Portuguesa e Matemática) anos iniciais, edição 2017.

Fonte: NAE/INEP/MEC

Proficiência anos Finais (Língua Portuguesa e Matemática) anos finais, edição 2017.

Fonte: NAE/INEP/MEC

- Resultado do Ideb da Rede Pública Municipal São Luís anos iniciais, edição 2017
- Resultado do Ideb da Rede Pública Municipal de São Luís anos finais, edição 2017
- II. AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO ANA Edição 2016



A avaliação direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do Ensino fundamental, é a fase final do Ciclo de Alfabetização e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização. Esta avaliação produz indicadores que contribuem para o processo de alfabetização pois analisa as condições de escolaridade que o estudante teve, ou não para desenvolver estes saberes.

RESULTADO DA ANA EM 2016

Fonte: NAE/ INEP/MEC

A estrutura desta avaliação envolve o uso de instrumentos variados que seguem escalas específicas para leitura, escrita e matemática, em uma escala de 1 a 4, cujos objetivos são: aferir a alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática.

#### III. SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS - SIMAE

O Município de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, desenvolveu e instituiu em 2017, o Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís – SIMAE/SL, um dos pilares do Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender, que integra a Política Educacional da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís.

Essa avaliação tem como propósito identificar fatores que interferem na aprendizagem, mediante aplicação de testes de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática, visando fornecer subsídios à formulação, reformulação, implementação de políticas públicas municipais e programas de intervenção, ajustados às necessidades diagnosticadas nas áreas e anos avaliados.

Essas informações também permitem acompanhar a evolução da qualidade da educação ao longo dos anos, sendo utilizada principalmente pela SEMED para definição de metas de aprendizagem para as escolas e planejamento de ações voltadas para solução dos problemas identificados. Estas também contribuem no direcionamento dos recursos técnicos e financeiros às áreas prioritárias, com intuito de garantir o direito de aprendizagem das crianças e jovens reduzindo as desigualdades existentes.

Em sua primeira edição, na Avaliação Diagnóstica realizada em 2017, o SIMAE avaliou o desempenho dos estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, nas áreas do conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2018, na Avaliação Somativa, a aplicação alcançou todos os estudantes do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos - EJA, bem como foram aplicados questionários contextuais aos gestores escolares, professores e estudantes



a partir do 5º ano do Ensino Fundamental, que serviram como instrumentos de coleta de informações importantes e que em conjunto com os testes cognitivos forneceram subsídios para uma interpretação mais justa acerca do desempenho da escola e da contextualização dos resultados do desempenho dos estudantes participantes.

Realizada no período de 02 a 13 de dezembro deste ano, a terceira edição do SIMAE avaliou os estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental das 161 escolas da rede municipal, em Língua Portuguesa e Matemática, que além dos testes objetivos, também aplicou testes de escrita para estudantes do 4º ano e de produção textual para os de 8º ano do Ensino Fundamental.

Além das avaliações, o SIMAE abrange análise estatística dos dados obtidos, devolutiva dos resultados para as equipes gestoras da Secretaria e escolas – que recebem as orientações necessárias para o estabelecimento de metas de ensino e aprendizagem por escola e por turma.

Mais uma vez, a SEMED contou com a parceria, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por intermédio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), instituição com reconhecida experiência na área de avaliação educacional em larga escala, assim como nas áreas de gerenciamento de informações e formação de profissionais da educação.

Nesse sentido, o SIMAE visa à consolidação de uma cultura de avaliação na Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís, baseada em princípios fundamentais, tais como: descentralização, gestão participativa e formação continuada, com vistas à elevação da qualidade educacional construída na coletividade e demarcada por indicadores educacionais bem definidos.

Fonte: NAE/SIMAE/SEMED

AVALIAÇÃO SOMATIVA – SIMAE POR NÚCLEO 2018

PROJETO "AVALIA SÃO LUÍS"

Consiste em uma Avaliação Formativa aplicada aos estudantes de 5° e 9° Ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino de São Luís, a qual objetiva gerar um diagnóstico, mais especificamente nos componentes de língua portuguesa e matemática, propiciando à Secretaria Municipal de Ensino de São Luís, se apropriar de conhecimentos da realidade educacional do município, tendo o 5° Ano como representante dos anos iniciais e o 9° Ano dos anos finais, desenvolvendo, por conseguinte, uma cultura de avaliação e monitoramento do desempenho dos alunos dentro da Rede de Ensino de São Luís, a qual poderá ter um direcionamento para focar suas ações e intervenções.



A ação é um desdobramento do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís – SIMAE/SL, implantado desde 2017 pela Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís, um dos pilares do Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender. A Avaliação aconteceu no dia 1º de outubro de 2019. Ao todo foram 13.502 alunos previstos para realizarem a avaliação, sendo 8.791 do 5º Ano e 4.711 do 9º Ano, distribuídos em 480 turmas: 321 do 5º Ano e 159 do 9º Ano. Segue abaixo o quantitativo de alunos que realizaram a avaliação, com sua respectiva taxa de participação:

TOTAL DE ESTUDANTES PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

#### AVALIA SÃO LUÍS EM 2019

Os resultados foram conhecidos pelas escolas no dia seguinte ao da aplicação, a partir da correção dos cadernos de testes, realizada pelos professores dos respectivos anos e componentes curriculares e do levantamento das habilidades, até então, não consolidadas pelos estudantes, possibilitando uma intervenção ainda mais pontual.

#### 3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

#### **UEB MARIA ALICE COUTINHO**

A Educação de Jovens e Adultos, é uma modalidade de ensino integrante da educação básica, que tem grande relevância política por investir na garantia do direito social à educação de todos aqueles que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos estudos na idade própria.

Tem o objetivo de integrar jovens e adultos na sociedade, elevando a escolaridade, ampliando o universo cultural e a inserção destes ao mundo do trabalho.

ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SÃO LUÍS DEMANDA ATENDIDA DA EJA EM 2019

Fonte: Coordenação de Informação e Estatística Educacional/Censo 2019

#### REFORMA E AMPLIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A ação visa acesso, permanência, segurança e adequação dos espaços físicos, segundo os padrões arquitetônicos e de acessibilidade, contribuindo para melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, contemplando a Casa Familiar Rural, as salas de acolhimento, entre outros, de forma a ampliar e consolidar seus dire



#### MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Essa ação visa garantir segurança, manutenção preventiva e corretiva na estrutura física das escolas da Educação de Jovens e Adultos, bem como melhorias nas condições de trabalho, otimização das atividades didático-pedagógicas e consolidação de direitos dos jovens e adultos.

### AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Esta ação garante as condições favoráveis para a realização das atividades didático-pedagógicas e a ampliação gradativa do tempo de permanência dos estudantes nos espaços da Educação de Jovens e Adultos, assegurando-lhes acessibilidade, desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, inserção no mundo do trabalho e consolidação de direitos.

#### **BRASIL ALFABETIZADO**

A administração pública municipal, por meio desta ação atua em regime de colaboração com os entes federados e com a sociedade civil, visando erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 75% a taxa de analfabetismo funcional. A referida ação visa, também, promover a universalização do Ensino Fundamental, por meio da alfabetização de jovens, adultos e idosos, bem como possibilitar a formação inicial e continuada dos alfabetizadores da Rede Pública Municipal e dos educadores populares.

O programa está em fase de análise, aguardando posicionamento do Ministério da Educação - MEC.

#### **PROJOVEM**

A administração pública municipal por meio desta ação atua em regime de colaboração com os entes federados e com a sociedade civil, com objetivo de atingir a meta de no mínimo 75% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos integrada à iniciação à qualificação profissional. A referida ação visa, também, elevar a escolaridade em nível fundamental, integrada à qualificação profissional inicial, dos jovens e adultos de 18 a 29 anos.

#### AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As Avaliações processuais quantitativas e qualitativas realizadas no Programa do PPA - Educação de Jovens e Adultos, objetivam subsidiar a equipe gestora da SEMED na reorganização do planejamento e na execução das ações, numa



perspectiva de construção de uma educação integral de qualidade social e no cumprimento das diretrizes educacionais estabelecidas pelos governos federal, estadual e municipal.

#### AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Sistemática de Avaliação da Aprendizagem da Rede Pública Municipal de Educação de São Luís, aprovada pela Resolução Nº 26/2017 do CME, contempla a Educação de Jovens e Adultos- EJA, acontecendo, processualmente, de maneira presencial. Ela é um instrumento capaz de reconhecer fragilidades e potencialidades do processo pedagógico da EJA, oportunizando refletir os aspectos relacionados à condição de estudo que perpassa pela diversidade e o caminhar individual dos sujeitos aprendentes.

A EJA atende um público a partir de 15 anos de idade, em quatro anos de escolarização, se estruturando em 1º e 2º segmentos, onde cada segmento compreende 2 fases.

Para assegurar as aprendizagens e os processos avaliativos tomando como base o princípio da equidade. A EJA considera o perfil, a faixa etária e as necessidades dos estudantes, de forma a propiciar igualdade de oportunidades e de direitos, zelando pelo respeito às diferenças, reconhecendo a alteridade como condição própria e inseparável de todos os sujeitos do processo formativo.

Assim, por intermédio de um acompanhamento pedagógico, sistemático que assegure aos estudantes da EJA avançar em suas aprendizagens, elevando a possibilidade de sucesso escolar e reduzindo os níveis de evasão.

Resultados esperados para 2019

Assegurar a participação, a inclusão social e a plena cidadania dos estudantes e profissionais da EJA, elevando a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais no município de São Luís; prosseguir a execução do Projovem Urbano versão 2017/2018, com início em outubro de 2018 e previsão de término - abril 2020; adesão ao Programa Brasil Alfabetizado 2018/2019 após posicionamento do MEC/FNDE; expansão para mais 2 (duas) UEBs do núcleo rural aos estudantes com difícil acesso, valorização dos educadores da EJA, com garantia dos direitos estatutários previsto em lei: progressões funcionais, adicional de titulação e gratificação de difícil acesso; ampliação e fortalecimento das parcerias. Valorização da modalidade via instrumentos da Instituição. Implantação de novos Projetos. fortalecimento e ampliação de outros.

Resultados obtidos



Fortalecimento do fazer pedagógico nos espaços escolares da EJA: jornadas pedagógicas, implantação e execução de projetos didáticos-pedagógicos, formação em serviço, acompanhamento sistemático das atividades escolares com intervenções direcionadas para transformar a realidade, oferta da alimentação escolar de qualidade aos 58 espaços com atendimento de EJA (57 UEBs e 1 anexo), execução do programa Projovem Urbano em 7 UEBs da Rede Municipal de Ensino, concessão do transporte escolar para os estudantes da EJA com difícil acesso para as 3 UEBs do núcleo rural. Implantação do Projeto + Mateática e Lingua Portuguesa.

#### 4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial se constitui numa modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como objetivo assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo o Atendimento Educacional Especializado - AEE, operacionalizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, permitindo-lhes plena participação e acesso aos recursos técnicopedagógicos, eliminando barreiras de acesso ao ensino, considerando suas necessidades educacionais específicas.

O Programa promove ações que garantam a qualidade do ensino, tais como: formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

ESPAÇOS DE ATENDIMENTO DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Classe Comum: constitui-se num espaço educacional onde é desenvolvido o currículo comum a todos os estudantes, bem como, a sistematização da sua escolaridade.

Sala de Recurso Multifuncional: é o espaço disponibilizado para os estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados no ensino comum, onde é operacionalizado o Atendimento Educacional Especializado, no contra turno, o qual tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a sua plena participação.

Sala Bilíngue (Libras e Língua Portuguesa): é o espaço de escolarização direcionado aos estudantes com surdez que ainda não se apropriaram da Língua Brasileira de Sinais, onde é desenvolvido as competências e habilidades do currículo comum.



REFORMA E AMPLIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

As ações desenvolvidas nesse programa visam garantir a realização de obras de reforma e ampliação da estrutura física nas escolas e nos espaços educativos da Rede Pública Municipal, de acordo com os padrões arquitetônicos de acessibilidade, atendendo às especificidades dos estudantes, público-alvo da Educação Especial.

A reforma e a ampliação da estrutura física, dentro dos padrões arquitetônicos e de acessibilidade, asseguram o acesso, a segurança e a adequação dos espaços educativos que viabilizam a inclusão, a permanência e o sucesso dos estudantes, público-alvo da Educação Especial, de forma a ampliar e consolidar seus direitos. As ações desenvolvidas nesse programa visam garantir a manutenção preventiva e corretiva na estrutura física das escolas do Ensino Fundamental. A manutenção da estrutura física das escolas do Ensino Fundamental, garante a melhoria das condições de trabalho, a otimização das atividades didático-pedagógicas, a segurança na estrutura física e a consolidação dos direitos das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade.

O Programa de Educação Especial vem sendo implementado de forma a atender o direito à educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial à partir do Plano de Ação que contemple o PPA 2018-2021. Desenvolveu-se ações para garantir a execução de programas e projetos pedagógicos que dão suporte ao processo ensino-aprendizagem dos referidos estudantes, onde se alcançou resultados satisfatórios. No que se refere as ações de aquisição de equipamento e material permanente e de aquisição de material didático-pedagógico acessível, estas ainda se constituem num desafio, porém ressalta-se a aquisição de 50 tablets para operar o aplicativo Livox.

Destaca-se o NEECAHS pela premiação em 7º lugar no Concurso Desafio de Aprendizagem Criativa promovido pelo Instituto Leman e o MIT Media LAB, possibilitando o intercâmbio com os EUA e a aquisição de recursos financeiros para a execução do Projeto Makerspace Itinerante.

A equipe de profissionais da Educação Especial foi ampliada com a admissão de 27 professores de sala de recurso multifuncional, 01 terapeuta ocupacional e cuidadores via concurso público. Um desafio que está sendo vencido é a garantia do espaço para a Escola Bilíngue atendendo o Projeto de Lei nº 106/13 de 04/10/13, sancionado pelo Prefeito no ano 2015. A estrutura já está sendo adequada para receber os estudantes surdos matriculados na rede municipal de ensino.

#### 5. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA



O programa favorece o processo de construção coletiva da educação pública municipal de qualidade social, com a efetiva participação da sociedade civil no processo de gestão, bem como contribui para o fortalecimento do Fórum Permanente de Educação Municipal, dos Conselhos de controle social, das entidades representativas da sociedade civil, da Inspeção Escolar, dos Núcleos Técnico-Pedagógicos e da implementação de bibliotecas escolares municipais.

#### ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL E INSPEÇÃO ESCOLAR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) - instituiu a gestão democrática nos estabelecimentos municipais de ensino no intuito de potencializar a elaboração e execução coletiva da proposta pedagógica da escola, administrar os recursos humanos e financeiros, além de fortalecer a articulação com a comunidade e famílias dos estudantes, fazendo emergir processos de interação entre a sociedade civil e a comunidade escolar. O diferencial da gestão escolar democrática encontra-se centrado na participação ativa dos sujeitos da escola mediante ações coletivas a serem alcançadas, superando as ações individualistas.

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. São mecanismos de participação da sociedade na formulação das políticas públicas e controle social, legitimados com o processo de democratização, previstos na Constituição Federal. Esses órgãos proporcionam a ampliação do exercício da cidadania e da própria democracia no Município de São Luís.

As ações desenvolvidas pelo Fórum Permanente de Educação Municipal, o Conselho Municipal de Educação - CME, o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE e Inspeção Escolar funcionam como estratégias que permitem a interação entre a sociedade civil e a Secretaria Municipal de Educação, proporcionando maior proximidade entre os cidadãos e seus gestores locais.

#### FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL

O Fórum permanente de educação municipal constitui-se em um espaço democrático para construção de políticas educacionais do município de São Luís, bem como, propõe-se a defender a educação pública de qualidade social e discutir temas de fundamental relevância ligados à gestão do ensino público, aos avanços e aos indicadores da educação.

Ressalta-se o papel do Fórum para o acompanhamento e a avaliação das ações na área da Educação, estabelecido em lei, uma vez que o mesmo se constitui



numa instância consultiva, deliberativa, propositiva, fiscalizadora e fomentadora de políticas educacionais.

O Conselho Municipal de Educação visa garantir as diretrizes da Política Educacional do Município, construindo normas e estabelecendo critérios e acompanhando as ações regulatórias das instituições públicas municipais de São Luís, bem como, das instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada em São Luís.

#### 11.Saúde

A SAÚDE é uma das 10 (dez) ÁREAS DE RESULTADOS, previstas no Plano Plurianual 2018-2021 (PPA), sendo a sua Gestão, por meio do Fundo Municipal de Saúde. Envolve 11 (onze) Programas contidos na Lei Orçamentária Anual, dos quais 09 (nove) são Finalísticos, com ações estruturadas para a geração de resultados diretos a sociedade e, 02 (dois) são Programas de Apoio às Operações de Saúde, voltados ao funcionamento das atividades administrativas para o custeio da máquina, pagamento de pessoal da Secretaria e de seus departamentos não finalísticos.

Dos Programas Finalísticos e suas respectivas Ações destacam-se os seguintes:

#### I - PROGRAMAS FINALÍSTICOS

1 – Programa 232 – Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade

Ação 2269 – Ações e Manutenção Ambulatorial e Hospitalar

Ação 2288 – Laboratório Central Municipal

Ação 2298 – Rede de Atenção às Urgências (RUE)

Ação 2299 – Melhor em Casa – Atenção Domiciliar

Ação 2300 – Ações e Manutenção do SAMU

Ação 2322 – Desenvolvimento de Ações Especializadas em Saúde Bucal

#### 2 - Programa 233 – Atenção Primária à Saúde

Ação 2272 – Ações e Manutenção da Atenção Primária

Ação 2273 – Saúde na Escola

Ação 2276 – Ações de Manutenção de Saúde Bucal

#### 3 - Programa 234 – Assistência Farmacêutica

Ação 2277 – Medicamentos para Farmácia Básica

Ação 2279 – Medicamentos Material Médico da Farmácia Hospitalar

#### 4 - Programa 235 – Vigilância em Saúde

Ação 2283 – Vigilância e Controle de Doenças e Agravos Transmissíveis

Ação 2285 – Prevenção e Controle do HIV/DST/AIDS e Hepatite Virais



Ação 2286 – Atenção à Saúde do Trabalhador

Ação 2289 – Prevenção e Controle de Zoonose e Acidentes Causados por Animais Peçonhentos e Venenosos

Ação 2290 – Ações e Manutenção da Vigilância Ambiental

Ação 2292 – Ações e Manutenção de Vigilância Sanitária

5 – Programa 236 – Rede de Atenção Integral Prioritárias e Cuidados às Populações em Situação Especial

Ação 2293 – Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil

Ação 2294 – Rede de Atenção Psicossocial

Ação 2295 – Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência

Ação 2296 – Rede de Atenção às Doenças Crônicas Degenerativas

Ação 2297 – Atenção a Saúde das Populações em Risco de Vulnerabilidade

Social

6 – Programa 238 – Regulação do Acesso aos Serviços de Saúde

Ação 2303 - Complexo Regulador

Ação 2304 – Rede Conveniada e Contratada

7 - 239 – Investimentos na Rede de Atenção à Saúde

Ação 2306 - Construção de Estabelecimentos de Saúde

Ação 2379 – Ampliação de Estabelecimentos de Saúde

#### 1 - ATENÇÃO À SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROGRAMA232- ATENÇÃO A SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Fonte: Relatório Avaliação PPA/2019.

AÇÃO PRODUTO PLANEJADO EXECUTADO DOTAÇÃO ATUAL

Ação 2269 - Ações e Manutenção Ambulatorial e Hospitalar Procedimentos ambulatoriais e internações realizadas

Ação 2288 – Laboratório Central Municipal

Exames laboratoriais realizados

Ação 2298 – Rede de Atenção às Urgências (RUE) Unidades da Rede de Urgência e Emergência em funcionamento

Ação 2299 – Melhor em Casa – Atenção Domiciliar



Procedimentos realizados pelas equipes doPrograma Melhor em Casa

2300 – Ações e Manutenção do SAMU Usuários atendidos pelo SAMU

Ação 2322 - Desenvolvimento de Ações Especializadas em Saúde Bucal Atendimentos Odontológicos realizados nos Centros de Especialidades odontológicas – CEO

Fonte: Tabnet DATASUS/SEMUS/Relatório Avaliação PPA/2019.

INDICADOR PLANEJADO EXECUTADO

INTERNAÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA GESTÃO MUNICIPAL EXAMES REALIZADOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO NA GESTÃO MUNICIPAL NÚMERO DE INTERNAÇÕES NA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL

ATENDIMENTO PRE-HOSPITALAR MOVEL REALIZADO PELA EQUIPE DA UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO DE VIDA E PELA EQUIPE DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA

QTDE. DE EQUIPES IMPLANTADAS DO PROGRAMA MELHOR EM CASA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ação 2269 - Ações e Manutenção Ambulatorial e Hospitalar

Em 2019, o município de São Luís realizou na gestão municipal um total de 9.884.653 atendimentos, relativos aos procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade e internações. Do total de procedimentos realizados, 68.464 são decorrentes das internações e 9.816.189 são procedimentos ambulatoriais.

(Fonte: http://tabnet.datasus.gov.br - Acesso 18/0/2020)

O valor alcançado superou a meta programada. Embora, observa-se que esse aumento está relacionado ao aumento do número de procedimentos ambulatoriais ofertados, tendo em vista que o total de internações ficou abaixo do planejado.

A gestão municipal implementou um novo modelo gerencial voltado para boas práticas administrativas, que permitiu a inserção de parcerias (Sírio Libanês, Oswaldo Cruz e IBRAP) voltadas para melhoria da qualidade dos serviços ofertados, com grande impacto na assistência ambulatorial e hospitalar. Com isso, permitiu-se maior rotatividade de leitos, potencialização de mão-de-obra, resultando no aumento considerável da oferta de consulta e procedimentos. Por outro lado, houve priorização do reaparelhamento dos estabelecimentos de saúde, com aquisição de ambulâncias, manutenção e expansão de serviços (tele radiologia) e aquisição de medicamentos e insumos.

Ação 2288 - Laboratório Central Municipal



No exercício 2019 a rede de laboratórios municipal realizou 1.398.280 exames de laboratório clínico, atingindo 100% da meta proposta (1.388.975).

Em relação à oferta pela gestão municipal, ou seja, incluindo os laboratórios contratados/conveniados, totalizaram-se 3.565.267 exames laboratoriais, dos quais 3.469.837 são diagnósticos em laboratório clínico e 95.430 diagnósticos por anatomia e citopatologia, obtendo superação da meta proposta. (Fonte: http://tabnet.datasus.gov.br- Acesso 18/0/2020).

Ação 2298 - Rede de Atenção às urgências (RUE)

O município conta com 11 (onze) estabelecimentos de saúde da Rede de Urgência e Emergência em funcionamento, a saber: Socorrão I, Socorrão II, Hospital da Criança, Ponto Socorro do Anil, Socorrinho I, Socorrinho II, Unidade Mista do Itaqui Bacanga, Unidade Mista do Bequimão, Unidade Mista do Coroadinho, Unidade Mista do São Bernardo e Unidade de Saúde 24 Horas da Zona Rural.

A Rede de Urgência e Emergência da esfera municipal ofertou 21.827 internações por meio dos seguintes estabelecimentos de saúde: Socorrão I, Socorrão II, Hospital da Criança, Unidade Mista do Coroadinho, Unidade Mista de São Bernardo, Unidade Mista Itaqui Bacanga, Unidade Mista do Bequimão. (Fonte: http://tabnet.datasus.gov.br- Acesso 18/0/2020). A meta e o indicador estabelecidos para essa ação foram alcançados.

Ação 2299 - Programa Melhor em Casa - Atenção Domiciliar

O município dispõe de 04 (quatro) Equipes do Programa Melhor em Casa implantadas. Sendo 03 (três) Equipes Multidisciplinares de Atenção Domiciliar (EMAD) e 01 Equipe Multidisciplinar de Apoio (EMAP), das quais, 02 EMAD e 01 EMAP atuam no Hospital Municipal Clementino Moura (Socorrão II) e 01 (uma) EMAD no Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I). Essas equipes cuidam dos pacientes domiciliados, funcionam diariamente, inclusive nos finais de semana, com carga horária de 12 horas.

Em 2019 foram realizados 13.594 atendimentos pelas equipes do Programa Melhor em Casa, superando a meta prevista para esse Programa.

No mês de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria nº 3.654, de 17 de dezembro de 2019, do Ministério da Saúde, que habilitou mais 01 (uma) Equipe EMAD, tipo I, para o município de São Luís. Tal equipe atuará no Hospital da Criança, com início previsto para o ano de 2020, a qual permitirá aumento da capacidade de atendimento do Programa Melhor em Casa.

Ação 2300 - Ações e manutenção do SAMU



No ano 2019 o SAMU atendeu 19.395 usuários. Em relação ao indicador atendimento pré-hospitalar pela Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidade de Suporte Básico (USB), totalizaram-se 13.374 atendimentos. Sendo 1.182 realizados pela USA e 12.192 pela USB (Fonte: http://tabnet.datasus.gov.br- Acesso 18/0/2020). O tempo médio de resposta das ambulâncias foi de 47m29s.

Além do transporte pré-hospitalar, o SAMU prestou os seguintes atendimentos: 602 transportes inter-hospitalar pela USA; 161 transportes inter-hospitalar pela USB; 128.038 atendimentos das chamadas recebidas pela Central de Regulação das Urgências, sendo 2.575 atendimentos das chamadas recebidas pela Central de Regulação das Urgências com orientação e, 447 atendimentos pré-hospitalar móvel com uso da motolância.

Em 2019, o SAMU de São Luís contou com 02 (duas) ambulâncias Unidade de Suporte Avançado (USA) e 10 (dez) Unidades de Suporte Básico (USB), possuindo ainda uma reserva técnica de 02 (duas) ambulâncias. Toda essa frota foi renovada em 2019, sendo 08 (oito) por meio de contrato de locação.

Por meio de Emenda Federal foram adquiridas 05 (cinco) novas ambulâncias, as quais entrarão em funcionamento em 2020, em substituição às contratadas.

Ação 2322 - Desenvolvimento de Ações Especializadas em Saúde Bucal

A atenção especializada em saúde bucal na esfera municipal é ofertada por meio de 03 (três) Centros de Especialidades Odontológicas (CEO da Alemanha, CEO Filipinho e CEO Vila Esperança), os quais ofertaram no ano de 2019 um total de 24.613 procedimentos odontológicos. O CEO da Alemanha passou por intervenções de manutenção predial preventiva e corretiva.

No ano de 2019 o orçamento atualizado para o Programa "Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade" foi de R\$ 317.702.607,96 (trezentos e dezessete milhões, setecentos e dois mil, seiscentos e sete reais e noventa e seis centavos), tendo sido liquidado o montante de R\$ 287.864.960,44 (duzentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos).

2 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PROGRAMA 233 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Fonte: Relatório Avaliação PPA/2019

AÇÃO PRODUTO PLANEJADO



Ação 2272 - Ações e Manutenção da Atenção Primária Procedimentos de caráter individual e coletivo realizados na AtençãoPrimária

Ação 2273 - Saúde na Escola

Ação 2276 - Ações e Manutenção de Saúde Bucal

Procedimentos odontológicos realizados nas UBS

Fonte: Coordenação de Atenção Primária/SEMUS/Relatório Avaliação PPA/2019.

**INDICADOR** 

233 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PLANEJADO EXECUTADO

Cobertura Populacional estimada pelas Equipes de Atenção Básica Cobertura Populacional Estimada pelas Equipes de Saúde Bucal Nº de procedimentos odontológicos realizados nas UBS

Percentual de Internações por Deficiências nutricionais

Nº de alunos de escolas públicas beneficiados Proporção de Internações por cada uma das condições sensíveis à Atenção Básica

Média mensal de visitas domiciliares por família realizadas por Agentes Comunitários Fonte: Coordenação de Atenção Primária/SEMUS/Nota Técnica DAB.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ação 2272 - Ações e Manutenção da Atenção Primária

O município de São Luís possui 51 Unidades Básicas de Saúde (UBS). Dispõe de 110 Equipes de Saúde da Família (ESF) distribuídas em 48 UBS e em 04 estabelecimentos de saúde de média complexidade. Conta ainda com 763 Agentes Comunitários de Saúde.

No exercício de 2019 foi disponibilizado na atenção primária um total de 1.896.457 procedimentos de caráter individual e coletivo. Esse resultado superou a meta programada, podendo ser atribuído às ações de orientação e monitoramento dos serviços de saúde pela equipe técnica de coordenação de atenção primária, tais como: fortalecimento do registro de produção; treinamentos e suporte técnico da SAGE; supervisão e monitoramento para a ampliação da oferta de serviços.

A meta programada (871.425) foi atualizada na Programação Anual de Saúde, exercício 2019, com a devida aprovação do Conselho Municipal de Saúde, para o valor de 1.000.000 procedimentos de caráter individual e coletivo realizados na



atenção primária, considerando que o valor previsto para essa meta vem sendo superado ao longo dos anos.

O indicador "Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica" não alcançou a meta proposta no PPA, de 57.18%, cujo resultado foi apenas 42,68%. (Fonte: E-Gestor/dezembro/2019). Tendo em vista que a ampliação de cobertura desse nível de atenção depende de investimentos em infraestrutura de Unidades Básicas de Saúde, contratação de profissionais de saúde, entre outros componentes, que para o ano em questão, seria inacessível, tal indicador foi recolocado na Programação Anual de Saúde de 2019 para o valor de 47%.

O município encontra-se em processo de ampliação da cobertura populacional das equipes de Atenção Primária, com 15 (quinze) novas equipes de Saúde da Família (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e ACS), credenciadas pela Portaria Ministerial GM/MS nº 2.940 de 07 de Novembro de 2019 e, 8 (oito) equipes de Atenção Primária credenciadas no e-Gestor, composta por médico, enfermeiro e técnico de enfermagem, sem o componente ACS.

Apesar do expressivo número de procedimentos e atendimentos realizados na Atenção Primária, o indicador "percentual de internações por cada uma das condições sensíveis" não atingiu resultado satisfatório, considerando que esse indicador é de redução. A baixa cobertura populacional pelas Equipes de Saúde da Família, estimada atualmente em 42,68%, contribui para o não alcance da meta, uma vez que a parcela da população acompanhada pelas Equipes de Saúde da Família é inferior a 50%. Além disso, considera-se que a ocorrência de desabastecimento de medicamentos nas unidades básicas também colabora para esse resultado.

Recomenda-se ampliação da cobertura populacional pelas Equipes de Saúde da Família e abastecimento continuo de medicamentos nas UBS.

O indicador internações por deficiências nutricionais obteve resultado satisfatório, haja vista ser de redução.

Ação 2273 - Saúde na Escola (PSE)

O Programa Saúde na Escola (PSE) ocorre mediante adesão do município ao ciclo bienal do PSE, do Ministério da Saúde, no qual são desenvolvidas 12 ações essenciais e outras pertinentes às questões locais que envolvam o público do Programa.

Considerando que essa meta é definida no momento da adesão ao Programa, a qual se apresentou para 2019 diferente da pactuada no PPA (59.139), tornou-se necessário atualização desse valor na respectiva Programação Anual de Saúde para 57.078 alunos atendidos pelo PSE.



No ano de 2019 foram atendidos 89.056 alunos pelo PSE. O aumento expressivo decorreu da intensificação das ações realizadas no 3º quadrimestre nas escolas pelas Equipes de Saúde da Família. As Unidades de Saúde (CS Genésio Ramos Filho, USF Vila Sarney, CS Quebra-Pote, USF São Francisco, CS Dr. Antônio Carlos Sousa Reis, USF Santa Clara, CS Vila Bacanga — Embrião) passaram por intervenção de manutenção predial preventiva e corretiva, de modo que algumas Equipes de Saúde da Família ficaram sem espaço físico adequado para atendimento. Como estratégia para a continuidade da oferta de serviços, as ações nas escolas foram acentuadas.

Dentre as ações desenvolvidas pelo PSE, cita-se:

- Avaliação Antropométrica e Avaliação Nutricional;
- Avaliação Oftalmológica triagem da acuidade visual;
- Avaliação da Saúde Bucal + escovação dental supervisionada + aplicação tópica de flúor;
  - Verificação da Situação Vacinal;
  - Ações de Segurança Alimentar e Promoção da Alimentação Saudável;
- Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): Educação para a Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e prevenção das DST/AIDS;
- Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): Prevenção ao uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas;
  - Promoção das Práticas Corporais, Atividade Física e Lazer nas Escolas.

Considerando que as ações do PSE foram executadas pelas equipes da Estratégia Saúde da Família, o orçamento para execução desse Programa foi disponibilizado pela ação "Ações e Manutenção da Atenção Primária", o que justifica dotação orçamentária zerada para ação do programa em questão.

#### Ação 2276 - Ações e Manutenção de Saúde Bucal

No ano 2019, a atenção básica disponibilizou um total de 333.172 procedimentos odontológicos de caráter individual e coletivo. Dentre as atividades coletivas, destacam-se palestras, orientações de saúde bucal, aplicação de flúor e escovação supervisionada em escolas e creches.

O resultado esperado foi superado, que pode ser atribuído ao desenvolvimento de ações de orientação e monitoramento dos serviços de saúde pela equipe técnica de coordenação de saúde bucal e atenção primária, tais como: inclusão das Unidades Mistas no sistema E-SUS; fortalecimento do registro de produção; treinamentos e suporte técnico da SAGE; supervisão e monitoramento para a ampliação da oferta de serviços.

A Cobertura Populacional Estimada pelas Equipes de Saúde Bucal representou um resultado de apenas 29,07%, não alcançando a meta prevista no PPA de 38.69%. Tal resultado vem se mantendo nos últimos anos, haja vista que não houve implementação de Equipes da Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal. Conforme



o motivo explanado em relação à cobertura da Estratégia Saúde da Família também houve atualização dessa meta na Programação Anual de Saúde para o percentual de 32%.

O município encontra-se em processo de ampliação da cobertura populacional das equipes de Saúde Bucal da Atenção Primária, com 04 (quatro) novas equipes de Saúde Bucal credenciadas pela Portaria Ministerial GM/MS nº 2.940 de 07 de novembro de 2019.

A Atenção Primária conta ainda com 13 (treze) Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF). Atuando nessas equipes estão os seguintes profissionais: Psicólogo, Fisioterapeuta, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Farmacêutico, Educador Físico, que trabalham de forma integrada com as Equipes da Estratégia Saúde da Família, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços.

O orçamento atualizado para o Programa "Atenção Primária à Saúde" foi de R\$ 64.669.831,06 (Sessenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e seis centavos). Foi liquidado o valor de R\$ 60.697.155,90 (Sessenta milhões, seiscentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

## 3 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

PROGRAMA234 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

AÇÃO PRODUTO PLANEJADO

Ação 2277 – Medicamentos para a Farmácia Básica

Ação 2279 – Medicamentos Material Médico da Farmácia Hospitalar

Fonte: Coordenação de Assistência Farmacêutica/SEMUS/ Relatório Avaliação PPA/2019.

#### INDICADOR

234 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PLANEJADO EXECUTADO Medicamentos distribuídos para as Unidades Básicas de Saúde Medicamentos e Material Médico da Farmácia Hospitalar

Fonte: Coordenação de Assistência Farmacêutica/SEMUS//Relatório Avaliação PPA/2019.

ANÁLISES DOS RESULTADOS



Ação 2277 – Medicamentos para a Farmácia Básica O percentual de alcance da meta referente à farmácia básica foi de 79%.

Ação 2279 – Medicamentos Material Médico da Farmácia Hospitalar

A meta programada para a farmácia hospitalar alcançou o percentual de 59%.

A Assistência Farmacêutica é parte integrante de um conjunto de práticas voltadas para a promoção, prevenção e recuperação de saúde. Onde os medicamentos representam grande impacto financeiro na gestão municipal.

A meta programada para a farmácia básica e hospitalar não foi alcançada. Pode-se considerar como fatores dificultadores os entraves burocráticos dos processos licitatórios, que vão desde itens fracassados e desertos, até a demora na finalização destes, em virtude do grande volume de processos. Essa situação prejudica a conclusão no prazo desejado.

O orçamento atualizado para o Programa "Assistência Farmacêutica", foi R\$ 6.509.617,97 (seis milhões, quinhentos e nove mil, seiscentos e dezessete reais e noventa e sete centavos). Sendo liquidado R\$ 5.729.122,07 (cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, cento e vinte e dois reais e sete centavos).

## 4 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

## PROGRAMA 235 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AÇÃO PRODUTO PLANEJADO EXECUTADO

Ação 2283- Vigilância e Controle de Doenças e Agravos Transmissíveis Doenças de notificação compulsória (DN) e encerradas oportunamente após notificação

Ação 2285 - Prevenção e Controle do HIV/DST/Aids e Hepatites Virais Testes rápidos de HIV, sífilis e hepatites virais realizados Ação 2286 - Atenção à Saúde do Trabalhador

Serviços de saúde com notificação de doenças ou agravos relacionados à saúde do trabalhador

Ação 2289 -Prevenção e Controle de Zoonoses e Acidentes Causados por Animais Peçonhentos e Venenosos — Cães e gatos vacinados

Ação 2290 - Ações e Manutenção da Vigilância Ambiental Análises obrigatórias realizadas em amostras de água para consumo humano



Ação 2292 - Ações e Manutenção da Vigilância Sanitária Estabelecimentos fiscalizados

Fonte: Coordenação de Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária/SEMUS/ Relatório Avaliação PPA/2019.

**INDICADOR** 

## 235 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE PLANEJADO EXECUTADO

Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e Turbidez 75% 107%

Número absoluto de óbitos por leishmaniose visceral.

Número de unidades de saúde notificando doenças e agravos

relacionados ao trabalho 8 14

Proporção de Cães e Gatos Vacinados Contra Raiva 80% 160%

Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade. 96 111

Proporção de preenchimento do campo de "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalhado 95% 99,8%

Proporção de vacinas selecionadas do CNV para crianças <2 anos pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10 – valente(2º) poliomielite (3º) e Tríplice viral (1ª) com cobertura vacinal preconizada. 75%

Percentual de no mínimo seis grupos de ações de vigilância sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios realizadas 100%

FONTE: Fonte: Coordenação de Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária/SEMUS; DATASUS; Relatório Avaliação PPA/2019.

## ANÁLISES DOS RESULTADOS

Ação 2283 - Vigilância e Controle de Doenças e Agravos Transmissíveis

Foi planejado encerrar oportunamente (em até 60 dias) no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 80% dos casos de doenças de notificação compulsória após notificação. Entretanto, o percentual alcançado foi apenas 59,9%. O serviço de vigilância epidemiológica mantém o monitoramento das unidades de saúde, conscientizando e mobilizando os profissionais de saúde quanto à



necessidade da notificação/investigação, com encerramento em tempo oportuno. Além disso, busca-se melhorar o processo de trabalho, realizando encontros e reuniões com os núcleos de vigilância hospitalar.

Faz-se necessário que a rede de serviços de saúde organize o processo de trabalho, priorizando as notificações/investigações de doenças e agravos, visto que, estas subsidiam os serviços de promoção à saúde, e prevenção e controle de doenças.

O indicador Proporção de vacinas selecionadas do CNV para crianças < 2 anos pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10 – valente (2º) poliomielite (3º) e Tríplice viral (1ª) com cobertura vacinal preconizada, não alcançou a cobertura recomendada de 75%, o que implicou no resultado zero, uma vez que cada imunológico necessita atingir sua cobertura preconizada. A cobertura alcançada por imunobiológico está demonstrada no quadro a seguir:

IMUNOBIOLOGICOS 2019
Pentavalente (3ª dose) 48,76%
Pneumocócica 10 (2ª dose) 61,69%
Poliomielite (3ª dose)53,20%
Tríplice Viral (1ª dose) 80,74%

(Fonte: sipni.datasus.gov.br – Atualizado em 22/01/2020

Apesar do não alcance da meta, observa-se um aumento na cobertura das referidas vacinas, que pode estar associado à implementação e atualização do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI) em algumas unidades de saúde. Embora, esse sistema é utilizado em apenas 22 salas de vacina, o que tem impacto negativo sobre a cobertura de vacina, tendo em vista a necessidade do registro dessas vacinas no SIPNI.

A Campanha contra a Influenza atingiu 96,41% de cobertura em relação aos grupos prioritários. Apenas o grupo de crianças não alcançou a meta prevista, conforme apresentado no quaro abaixo:

## CAMPANHA CONTRA A INFLUENZA 2019

GRUPO	NACTA	DOSES	COB.
GRUPU	META	APLICADAS	%*



Crianças	84.044	60.415	71,88**
Gestante	11.948	12.270	102,7
Puérpera	1.964	2.110	107,43
Trabalhador da saúde	36.917	35.011	94,84
Idosos	79.874	88.594	110,92
Professores	13.728	16.384	119,35
Comorbidades	26.483	31.020	117,13
TOTAL	254.958	245.804	96,41

<sup>\*</sup>Meta mínima para cada grupo de 90%.

Já em relação à Campanha contra o Sarampo a cobertura alcançada no grupo de Crianças (01 ano a < 2anos) foi de 91,16%. Enquanto na faixa etária de 20 a 29 anos foram aplicadas 2.186 doses dessa vacina. Para esse grupo não houve meta estipulada. Os resultados da Campanha Contra o Sarampo estão apresentados no quadro seguinte:

CAMPANHA CONTRA SARAMPO 2019
GRUPO META DOSES APLICADASCOB. %
01 ano a < 2 anos 12.957 11.812 91,16
20 anos a 29 anos\* - 2.186 \* Não houve meta estipulada.

Verifica-se a necessidade de implementar o uso do SIPNI nas unidades de saúde que ainda não utilizam o referido sistema, além de promover capacitação de profissionais para manuseio do sistema de informação em vigor (SIPNI ou E-SUS) e conscientização do profissional da sala de vacina quanto à importância de manter o SIPNI atualizado. Desta forma, será necessário disponibilizar computadores e ponto de internet para todas as salas de vacina.

Quanto ao indicador "Número absoluto de óbitos por leishmaniose visceral" foram previstos a ocorrência de 05 (cinco) óbitos por esse agravo em residentes no município de São Luís para o ano de 2019. No ano em questão, verificou-se 05 óbitos por essa causa, que demonstra redução quando comparado ao ano anterior que registrou 07 óbitos.

Medidas de vigilância da leishmaniose visceral são constantemente desenvolvidas. Os casos estão sendo identificados, notificados e investigados. Para os casos identificados no campo ocorrem ações de borrifação em residências e captura da espécie para análises, por meio do laboratório entomológico. No manejo dos casos, as unidades de saúde estão realizando o protocolo que é determinado pelo Ministério da Saúde. Contudo, as ações de controle relacionadas ao reservatório (cão) ainda não

<sup>\*\*</sup>Observa-se que apena o grupo das crianças não atingiu a meta.



estão efetivamente implementadas, implicando no difícil controle da disseminação da doença.

Ação 2285 - Prevenção e Controle do HIV/DST/Aids e Hepatites Virais

A meta está relacionada ao total de testes rápidos de HIV, sífilis e hepatites virais realizados, onde se registra 52.357 testes rápidos realizados, sendo 15.044 coletados no Sistema e-SUS, referentes aos testes rápidos realizados na atenção básica. (Fonte: E-SUS – Janeiro a Dezembro - Acesso em 23/01/2020) e 37.313 no BPA-I, relativo aos testes efetuados pela média e alta complexidade.

(Fonte: BPA-I /DataSUS. \*Dados preliminares (Janeiro a Novembro), sujeitos à alteração-Acesso em 23/01/2020.

Constata-se dificuldade de preenchimento dos códigos de testes rápidos nas fichas e-SUS e BPA-I pelos profissionais de saúde. Diante disso, a Coordenação de IST/AIDS/HIV tem intensificado apoio técnico aos serviços de saúde, quanto à divulgação dos códigos SIGTAP e o adequado preenchimento das fichas de procedimento ESUS e BPA-I, com a realização de treinamentos e reuniões.

Entretanto, o valor planejado (357.000) no PPA considerou o total de testes a serem distribuídos nas unidades de saúde e não os testes realizados. Como foi recebido do Ministério da Saúde, no ano em questão, um total de 196.550 testes rápidos, observa-se que a quantidade recebida foi inferior à meta programada.

(Fonte: SISLOGLAB. Atualização outubro/2019).

De modo que havendo essa inconsistência, essa meta foi reformulada no Plano Municipal de Saúde e Programação Anual de Saúde, por sugestão e aprovação do Conselho Municipal de Saúde, para o seguinte enunciado: "Promover a realização de testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatites Virais para prevenção e controle destas doenças em relação aos testes recebidos".

Quanto ao indicador "Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade", observa-se que, apesar de ainda se apresentar em número elevado, ocorreu uma redução dos casos sífilis congênita quando comparado há anos anteriores, o que evidencia melhora nas ações de prevenção e controle da doença, conforme demonstrado no quadro abaixo.

CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA POR ANO DE DIAGNÓSTICO, SÃO LUÍS, 2016-2019.

2016 2017 2018 2019 152 179 227 111

<sup>\*</sup> Fonte; SINAN. Atualização em 23/01/2020.



Embora a maioria das gestantes realize pré-natal, observa-se dificuldade das equipes de saúde em tratar o caso de sífilis de acordo com a fase clínica da doença. Também ocorre preenchimento inadequado da ficha de notificação pelas equipes de saúde e dificuldade de comunicação entre atenção básica e média/alta complexidade. Estes desconsideram as condutas e registros realizados pelas equipes de Atenção Básica e atribuem ao caso índice um novo tratamento a parturiente e o seu respectivo RN, o que contribui também para aumento de casos de sífilis congênita.

Recomenda-se incentivo à testagem de sífilis em mulheres em idade fértil, durante as ações de planejamento familiar para identificação dos casos precocemente. Os casos de sífilis em gestante devem continuar sendo identificados no início do prénatal, no primeiro trimestre, para que sejam identificados precocemente, e realizado medidas de controle. Importante enfatizar às equipes de saúde sobre o tratamento de acordo com fase clínica da doença e preenchimento adequado na ficha de notificação, além da necessidade dos serviços de saúde trabalhar em rede de atenção a saúde para que se garanta a continuidade e integralidade das ações.

Assim, será fundamental que outras áreas técnicas (Superintendência de Regulação, Controle e Avaliação e Superintendência de Ações em Saúde/SAGE/e-SUS) também desenvolvam ações com o objetivo de fortalecer a divulgação dos códigos SIGTAP dos respectivos testes, além de proporcionar apoio técnico aos profissionais de saúde quanto ao preenchimento das fichas e-SUS e BPA-I.

Ação 2286 - Atenção à Saúde do Trabalhador

No ano de 2019, o município de São Luís contou com 14 serviços de saúde compondo a Rede Sentinela, que notificaram doenças ou agravos relacionados à saúde do trabalhador.

A Rede Sentinela é constituída por estabelecimentos de saúde, denominadas unidades sentinela, que identificam, investigam e notificam, quando confirmados, os casos de doenças, agravos e/ou acidentes relacionados ao trabalho. Integram essa rede 10 (dez) estabelecimentos públicos de saúde (Socorrão I, Socorrão II, Socorrinho II, Unidade Mista do Itaqui Bacanga, Unidade Mista do Bequimão, Unidade Mista do Coroadinho, Unidade Mista do São Bernardo, Hospital da Criança, Pronto Socorro do Anil) e 05 (cinco) estabelecimentos privados (Hospital São Domingos, Hospital Guarás, Hospital U.D.I, Hospital Centro Médico e Hospital Português). No ano em foco, dentre as unidades sentinelas, apenas 01 da rede privada não notificou casos de doenças, agravos e/ou acidentes relacionados ao trabalho.

O indicador "Proporção de preenchimento do campo de "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalhado" alcançou resultado satisfatório (99,8%) em relação ao pactuado (95%). Observa-se uma melhora no preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.



Recomenda-se manter a regularidade/qualidade no preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho. Bem como, implementar capacitações para as equipes de saúde, nas unidades notificadoras, a fim de aumentar o registro do campo raça/cor preenchido com informação válida nas notificações.

Ação 2289 - Prevenção e Controle de Zoonoses e Acidentes Causados por Animais Peçonhentos e Venenosos.

No ano de 2019 foram vacinados 107.169 cães e 55.676 gatos na campanha de vacinação antirrábica, totalizando 162.835 animais vacinados, atingindo uma cobertura de 160%. Essa campanha teve como estratégia a vacinação casa a casa. Ressalta-se o resultado dessa campanha bem acima da porcentagem estabelecida (80%), implicando na necessidade de atualização da meta em relação ao número de animais a serem vacinados. Observa-se o crescimento constante da população canina e felina verificado pelo aumento da demanda espontânea desses animais na UVZ.

Sugere-se manter a estratégia de vacinação casa em casa na campanha anual, com o intuito de garantir a cobertura vacinal. Observando ainda, a necessidade de melhora das condições de execução dessa ação (insumos, recursos humanos e estrutura).

Ação 2290 - Ações e Manutenção da Vigilância Ambiental

O município de São Luís realizou em 2019 um total de 734 análises da água de consumo humano, quanto aos parâmetros de coliformes fecais e turbidez, alcançando um percentual de 107%, considerando um total de 684 análises que teriam que ser realizadas. (Fonte: Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano/SISAGUA).

A regularidade na aquisição de insumos (sacolas de coletas e testes de cloro), bem como, a disponibilidade de veículos para o desenvolvimento das ações, além da parceria com o Lacen-MA na realização dessas análises foi essencial para o avanço desse resultado.

Ação 2292 - Ações e Manutenção da Vigilância Sanitária

No ano de 2019 foram realizadas 3.429 ações de fiscalizações em estabelecimentos de interesse sanitário no município de São Luis. Tendo em vista que foi programado realizar 5.589 fiscalizações, obtêm-se um percentual de alcance de 61,35%.

Considera-se que a quantidade de veículos disponíveis para a realização das ações de fiscalizações foi insuficiente, impactando negativamente no alcance da



meta estabelecida. Recomenda-se aquisição de mais veículos para as ações de fiscalização.

O indicador "Percentual de no mínimo seis grupos de ações de vigilância sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios realizadas" contempla as seguintes ações: cadastro de estabelecimentos sujeitos a VISA; inspeção em estabelecimentos sujeitos a VISA; atividades educativas para população; atividades educativas para o setor regulado; recebimento de denúncias; atendimento de denúncias; e instauração de processo administrativo sanitário. O município de São Luis realizou ações relacionadas a todos esses grupos alcançando o percentual de 100%.

No exercício de 2019, o Programa de Vigilância em Saúde teve dotação orçamentária atualizada no valor de 23.321.926,74 (vinte e três milhões, trezentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), onde foi liquidado o total de 22.607.313,89 (vinte e dois milhões, seiscentos e sete mil, trezentos e treze reais e oitenta e nove centavos).

5 - REDE DE ATENÇÃO INTEGRAL PRIORITÁRIAS E CUIDADOS ÀS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO ESPECIAL

PROGRAMA236- REDE DE ATENÇÃO INTEGRAL PRIORITÁRIAS E CUIDADOS ÀS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO ESPECIAL

Fonte: Relatório Avaliação PPA/2019

AÇÃO PRODUTO PLANEJADO EXECUTADO DOTAÇÃO ATUAL EMPENHADO LIQUIDADO %(F/E)

Ação 2293 - Rede de Atenção a Saúde Materna e Infantil

Nascidos vivos por parto normal

Ação 2294 - Rede de Atenção Psicossocial Usuários atendidos

Ação 2295 - Rede de Atenção à Pessoa Com Deficiência Pessoas atendidas com órtese e prótese

Ação 2296 - Rede de Atenção ás Doenças Crônicas Degenerativas Atendimentos realizados em hipertensão e diabetes.

Ação 2297 - Atenção à Saúde das Populações em Risco de Vulnerabilidade Social Procedimentos realizadospelas equipes de consultório de rua

Fonte: Coordenação de Atenção Primária/SEMUS/ Relatório Avaliação PPA/2019.

**INDICADOR** 



236- REDES DE ATENÇÃO INTEGRAL PRIORITÁRIAS E CUIDADOS ÁS POPULAÇÕES EM ESPECIAL PLANEJADO EXECUTADO

Taxa de Mortalidade Infantil 14.77 14,20\* Proporção de Partos Normais 55.2% 42,17%\*

Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de Pré -Natal 59.52% 52,71%\*

Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência 6 5\*

Razão de Mulheres de 25 a 64 anos com Exames Citopatológicos do Colo de Útero Realizados 0,26 0,25

Fonte: Coordenação de Atenção Primária/SEMUS/Tabnet.datasus/SINASC/Relatório Avaliação PPA/2019

OBS: \*Resultados passíveis de retificação após atualização dos sistemas correspondentes

## ANÁLISES DOS RESULTADOS

Ação 2293 - Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil

A taxa de mortalidade infantil é obtida por meio do número de crianças de um determinado local (cidade, região, país, continente) que morrem antes de completar 1 ano, a cada mil nascidas vivas. Com esse dado, pode-se avaliar a qualidade de vida, obtendo informações sobre a eficácia dos serviços públicos, tais como: saneamento básico, sistema de saúde, disponibilidade de remédios e vacinas, acompanhamento médico, educação, maternidade, alimentação adequada, entre outros.

O resultado apurado (14,20) é parcial, tendo em vista que os dados coletados dos sistemas SIM e SINASC ainda podem ser atualizados. O valor da meta não considerou o fator de correção.

Na Programação Anual de Saúde de 2019, a meta para taxa de mortalidade infantil foi atualizada para 23,13, tendo sido considerado o fator de correção.

No ano de 2019, o resultado apurado relativo ao indicador "Proporção de nascidos vivos por parto normal", de residente em São Luis, foi 42,17%, não atingindo a meta estabelecida (55,2%). Esse valor ainda é passível de retificação, após atualização do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos-SINASC.

Estimou-se para o ano 2019 a ocorrência de 06 óbitos maternos em residentes de São Luis. Observa-se no Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna(http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/) 05 óbitos maternos declarados, acesso em



17/02/2020. Esse resultado é preliminar, haja vista que o fechamento do banco de dados nacional ainda não ocorreu. Considerando uma série histórica de anos anteriores: 2015; 2016; 2017 e 2018, cujos números de óbitos maternos declarados foram: 17; 14; 07 e 09, respectivamente, constata-se uma redução desse tipo de óbito. Foram implementadas ações de atenção à gestação e ao parto, com a garantia dos exames de pré-natal, oportunizando a gestante cumprir o calendário de consultas, possibilitando o diagnóstico e tratamento das morbidades na gravidez. Bem como, garantia de vinculação em algumas maternidades, além da mudança das práticas de atenção ao parto.

Em relação ao indicador "Razão de mulheres de 25 a 64 anos com exames citopatológicos do colo de útero realizados", o valor alcançado foi 0,25, ficando um pouco abaixo da meta pactuada, 0,26. (Fonte: Tabnet.datasus). Tal resultado ainda é passível de alteração após atualização dos dados nos sistemas de informação competente. A meta aprovada na Programação Anual de Saúde para esse indicador no ano de 2019 foi a razão de 0,23.

No tocante ao indicador "Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal", obteve-se o alcance de 52,79%\*. Esse resultado é preliminar, tendo em vista que os dados são referentes ao período de janeiro a agosto de 2019. (Fonte: Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos - http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis demonitoramento/natalidade/nascidos-vivos/), acesso em 17/02/2020. A meta relativa a esse indicador foi atualizada na Programação Anual de Saúde para 56%.

#### Ação 2294 - Rede de Atenção Psicossocial

A Rede de Atenção Psicossocial do município de São Luis contempla 09 (nove) Unidades de Saúde Mental, destacando-se: 02 (dois) Ambulatórios (Centro de Assistência D João Antônio Farina e Centro de Saúde Clodomir Pinheiro Costa); 01(um) CAPS II; 01(um) CAPS AD; 01 (um) CAPS i e 04 (quatro) Residências Terapêuticas, as quais assistiram uma média de 20.269 usuários.

A meta relativa à Rede de Atenção Psicossocial foi atualizada no Plano Municipal de Saúde (2018-2021) e respectiva PAS/2019 para 22.000 usuários, onde foi considerada a capacidade instalada dos serviços de saúde. Apesar de não ter alcançado a meta estabelecida para o ano 2019, o resultado alcançado (20.269) foi superior ao do ano anterior (13.409).

## Ação 2295 - Rede de Atenção à Pessoa Com Deficiência

Em 2019, a Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência atendeu 6.502 pessoas com deficiência, onde foram entregues os seguintes itens de órteses e próteses e meios auxiliares de locomoção:



Cadeira de Rodas: 1033;

Almofadas de Assento para prevenção de úlceras de pressão em células de

ar: 140;

Mesa de Atividades para cadeira de rodas: 44;

Aparelhos auditivos: 1.789;

Dispositivos para ostomia: 43.797

Ação 2296 - Rede de Atenção às Doenças Crônicas Degenerativas

Em 2019 foram totalizados 105.745 atendimentos na atenção básica para condição de hipertensão arterial e diabetes mellitus (Fonte e-SUS). Apesar do resultado alcançado se apresentar abaixo do valor programado (143.753), observa-se aumento de atendimentos quando comparado ao ano anterior (97.160).

Alguns fatores como a baixa cobertura da Atenção Básica, greve dos agentes comunitários de saúde, rede de atenção às doenças crônicas degenerativas com fragilidade de contra referência, podem ser considerados como dificultadores para o não alcance da meta.

Ação 2297 - Atenção à Saúde das Populações em Risco de Vulnerabilidade Social

No ano de 2019 foram realizados 5.096 atendimentos pela equipe de Consultório na Rua, superando a meta programada (3.855).

O município dispõe de 01 unidade de Consultório na Rua, composta por médico, terapeuta ocupacional, enfermeiro, psicólogo, assistente social, técnico de enfermagem, técnico de higiene bucal e agente social.

O fortalecimento da atenção primária, especialmente em relação ao aumento de cobertura das equipes de saúde da família, investimentos em infraestrutura das unidades de saúde e qualificação dos serviços, aliado as ações de caráter preventivo e de acompanhamento das condições crônicas de saúde, tem impacto significativo na atenção às populações prioritárias, consequentemente reduzindo a demanda para média e alta complexidade.

O enfrentamento da mortalidade materna e infantil exige ações governamentais e intersetoriais para melhoria da qualidade da assistência prestada a mulheres e recém-nascidos, que possa garantir atenção integral à saúde da mulher e da criança, de modo a alcançar impacto positivo nesse indicador.

As Unidades Básicas de Saúde são responsáveis pelos atendimentos materno-infantis, desde o pré-natal, o pós-parto e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, enquanto o parto é assegurado pela rede hospitalar.



O monitoramento das situações de risco e as ações de vigilância são fundamentais para redução da morte materna e infantil.

No exercício de 2019, a dotação orçamentária atualizada para o Programa Rede de Atenção Integral Prioritárias e Cuidados às Populações em Situação Especial foi de 6.226.259,10 (seis milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dez centavos), onde foi liquidado o valor de 5.291.254,03 (cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e três centavos).

6 - REGULAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

PROGRAMA 238 - REGULAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Fonte: Relatório Avaliação Anual PPA/2019

AÇÃO PRODUTO PLANEJADO EXECUTADO DOTAÇÃO ATUALEMPENHADO LIQUIDADO %(F/E)

Ação 2303 - Complexo Regulador Complexo regulador Funcionando

Ação 2304- Rede conveniada e contratada

Estabelecimentos de saúde conveniadas e contratadas

Fonte: Relatório Avaliação Anual PPA/2019

**INDICADOR** 

238 - REGULAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PLANEJADO EXECUTADO

Proporção da produção ambulatorial de média e alta complexidade reguladas 71% 39,7%

Taxa de Mortalidade Hospitalar 5,1 5,3%

Fonte: Relatório Avaliação Anual PPA/2019

ANÁLISES DOS RESULTADOS

Ação 2303 - Complexo Regulador



A regulação do acesso aos serviços de saúde permite viabilizar o acesso adequado e oportuno aos serviços de saúde, buscando garantir a melhor alternativa assistencial em face das necessidades de atenção e de assistência à saúde da população.

A regulação das internações ainda é insuficiente na gestão municipal, fato demonstrado no valor apurado, 39,7%.

Ocorreu aumento da cobertura/transferência de agendamentos/regulação de procedimentos ambulatoriais para o Sistema SISREG pela SCRAA/SEMUS, aprimorando, dessa forma, o acesso dos usuários do SUS aos serviços de saúde sob Gestão Municipal.

Ação 2304- Rede conveniada e contratada

A Central de Regulação do município intermedeia a celebração de contratos com estabelecimentos privados e ou conveniados, visando complementar a oferta de serviços prestados à população. No exercício de 2019, manteve-se 21 estabelecimentos de saúde conveniados/contratados.

A dotação atualizada para o Programa Regulação do Acesso aos Serviços de Saúde foi de R\$ 151.464.837,15 (Cento e cinquenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e quinze centavos). Foi liquidado o montante de R\$ 128.328.221,71 (Cento e vinte e oito milhões, trezentos e vinte oito mil, duzentos e vinte e um reais e setenta e um centavos).

7 -INVESTIMENTOS NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

PROGRAMA239 - INVESTIMENTOS NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

Fonte: Relatório Avaliação Anual PPA/2019

AÇÃO FINALIDADE PRODUTO PLANEJADO EXECUTADO DOTAÇÃO ATUAL EMPENHADO LIQUIDADO %(F/E)

Ação 2306 – Construção de estabelecimentos de saúde Estabelecimentos de saúde construídos 05 0 4.500.589,51 4.431.021,20 4.431.021,20 98,45

SEMUS/Coordenação de Engenharia/Relatório Avaliação Anual PPA/201

**INDICADOR** 

239 - INVESTIMENTOS NA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE



#### PLANEJADO EXECUTADO

Construção de Unidades de Saúde 5 0
Reforma de Unidades de Saúde 5 0
Leitos para internação ofertados 30 2.087

## ANÁLISES DOS RESULTADOS

Ação 2306 – Construção de estabelecimentos de saúde

No ano de 2019 não ocorreu construção de estabelecimentos de saúde na esfera municipal. No entanto, 08 (oito) estabelecimentos de saúde da atenção básica e 08 (oito) da média e alta complexidade passaram por intervenções de manutenção predial preventiva e corretiva. Destes, 02 (dois) da atenção básica e 04 (quatro) da média e alta complexidade tiveram conclusão ainda em 2019. Os demais têm previsão de finalização em 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo:

# RELAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE COM INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA - INÍCIO EM 2019

UNIDADE	INÍCIO	FIM	
ATENÇÃO BÁSICA	INÍCIO	FINAL	STATUS
USF VILA SARNEY	2019	2020	
CONCLUÍDO			
CS QUEBRA POTE	2019	2020	
CONCLUÍDO			
CS SANTA CLARA	2019	2020	
CONCLUÍDO			
CS CINTRA	2019	2019	
CONCLUÍDO			
CS GENÉSIO RAMO	OS 2019	2019	
CONCLUÍDO			
CS CIDADE OLIMP	ICA I2019	2020	
CONCLUÍDO			
CS EMBRIÃO	2019	2020	
CONCLUÍDO			
CS NAZARÉ NEIVA	2019	2020	

SAMU- (SEDE/ AMAR/ SÃO BERNARDO)2019

CONCLUÍDO

OUVIDORIA 2019 2020

CONCLUÍDO



SOCORRÃO II- (INTERNAÇÃO-CORREDOR I)2019 2019 CONCLUÍDO

UPA ZONA RURAL 2019 2020 EM

EXECUÇÃO

CEO ALEMANHA 2019 2020 EM

EXECUÇÃO

U.M. ITAQUI BACANGA-ANEXO-ET SUS2019 2020 EM

EXECUÇÃO

Fonte: Superintendência de Administração/SEMUS

Quanto ao indicador "Leitos para internação ofertados", o município de São Luis, disponibilizou no ano de 2019, por meio da gestão municipal, um total de 2.087 leitos de internação, distribuído da seguinte forma: Cirúrgicos (572); Clínicos (531); Obstétrico (148); Pediátrico (250); Outras Especialidades (480) e Hospital Dia (106). Não houve incremento de leitos novos. Sugere-se, porém, revisão da meta programada.

Para o Programa Investimentos na Rede de Atenção à Saúde, no exercício de 2019, foi disponibilizado o orçamento atualizado de R\$ 4.500.589,51 (quatro milhões, quinhentos mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos). Sendo então liquidado R\$ 4.431.021,20 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil, vinte e um reais e vinte centavos).

Do valor liquidado, R\$ 4.383.214,14 (quatro milhões, trezentos e oitenta e três mil, duzentos e catorze reais e catorze centavos) corresponde a restituição ao Ministério da Saúde de recursos referente ao Contrato de Repasse nº 795472/2313 (Construção da Unidade de Atenção Especializada em Saúde/Maternidade Cidade Operária) e R\$ 15.030,42 (quinze mil, trinta reais e quarenta e dois centavos) referente a restituição ao Fundo Municipal de Saúde da contrapartida municipal do objeto acima mencionado. Além de R\$ 32.776,64 (trinta e dois mil, setecentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) repassado a Engetech Construtora LTDA, referente ao pagamento de serviço de Reforma e Ampliação do Hospital Socorrão II, realizado em 2015. Contrato nº 85/2014.

II – INICIATIVAS PROMOVIDAS PARA MELHOR CUMPRIMENTO DA FINALIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Os objetivos do Fundo Municipal de Saúde de São Luís, criado pelo artigo 9º do Ato dos Dispositivos Transitórios da Lei Orgânica do Município e regulamentado pela Lei nº 3.200 de 20/03/1992, consistiam em cumprir três finalidades:



- a) O atendimento à saúde universalizado, integralizado, regionalizado e hierarquizado;
- b) A Vigilância Sanitária e Epidemiológica, bem como, as ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;
- c) O controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente trabalhado, em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

Com o avanço das atribuições e dos serviços a cargo da gestão municipal, especialmente após profundas modificações na legislação do Sistema Único de Saúde, com o advento da Lei 141/2012 e do Decreto 7.508/2011, torna-se bastante relevante submeter à atual Lei do Fundo Municipal de Saúde de São Luis a uma atualização legislativa, para adequá-la aos novos instrumentos legais do SUS.

Com a evolução das demandas da sociedade e a criação de novos programas pelo Ministério da Saúde, a gestão municipal tem alargado as atribuições da Secretaria de Saúde operacionalizadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

A partir de 1992, com a criação e estruturação do Fundo Municipal de Saúde para garantir a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saúde, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, novos programas e serviços foram acrescentados ao rol de atribuições da Secretaria de Saúde, tais como: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); Rede de Atenção Psicossocial (RAP), onde os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) estão inseridos; Rede de Urgência e Emergência (RUE); Rede de Atenção Materno Infantil (Rede Cegonha); Rede de Atenção as Doenças Crônicas Degenerativa; Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência; distribuição de órteses e próteses; medicamento especiais; alimentação enteral, entre outros, que elevaram substancialmente a complexidade e os custos de manutenção e investimentos do sistema público de saúde. Fato que requer da gestão um nível de modernidade tecnológica condizente com o avanço destas demandas e a rapidez na prestação das informações a nível de governo, de controle social e Órgãos de Fiscalização e Controle.

O Financiamento do SUS não tem acompanhado, em termos orçamentários e financeiros, tais exigências contemporâneas, o que tem comprometido, ao longo dos anos, o custeio e investimento dos serviços de saúde no âmbito municipal.

A responsabilidade do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é tripartite, ou seja, das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. O repasse do governo federal para o município de São Luís, no exercício de 2019, totalizou R\$ 412.925.370,65 (quatrocentos e doze milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos). Desse montante, R\$ 3.431.020,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e mil e vinte reais) corresponde ao repasse para investimento na atenção básica e R\$ 88.422.441,00 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais) decorre de emendas parlamentares federais.



As emendas parlamentares federais tiveram grande impacto no orçamento da saúde do município de São Luis no ano de 2019. Foram repassados R\$ 32.437.348,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais) para o custeio dos serviços da atenção básica e R\$ 55.985.093,00 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e noventa e três reais) para custeio dos serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

A contrapartida do Estado na saúde de São Luís totalizou R\$ 3.057.689,05 (três milhões, cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinco centavos). Dos quais, R\$ 2.021.335,50 (dois milhões, vinte e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) foi para custeio do SAMU e R\$ 1.036.353,55 (um milhão, trinta e seis mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) para custeio da Farmácia Básica.

A contrapartida municipal em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais foi de 19,39%, ficando acima do limite constitucional de 15%.

O repasse relativo a Recursos Próprios totalizou R\$ 350.105.352,39 (trezentos e cinquenta milhões, cento e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos), referente a execução financeira de gasto com pessoal (vencimentos e encargos), prestador de serviço de saúde, prestador de serviço de digitalização e pagamento de outros fornecedores.

III – REFLEXOS DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS REALIZADAS PELO FMS NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO.

O Fundo Municipal de Saúde é o gestor financeiro dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde, executados, controlados e coordenados pela Secretaria Municipal de Saúde.

A saúde é um direito constitucionalmente assegurado a todos e é dever do Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Para garantir o exercício desse direito, torna-se necessário organizar a prestação de serviços de saúde de forma a assegurar que os recursos disponíveis sejam empregados de maneira eficiente e traga benefícios aos usuários do SUS. Isso significa mobilizar pessoas, recursos materiais, financeiros, organizacionais e desenvolver competências de gestão na formulação, inovação, implementação, monitoramento, controle e avaliação da política pública de saúde.

Dessa forma, são muitos os desafios da gestão de saúde municipal, que vão desde a identificação dos problemas prioritários da população, responsabilização pelas ações e serviços ofertados, de maneira que atendam aos anseios da população, em detrimento ao subfinanciamento da saúde.



Além da manutenção dos serviços de saúde providos pelo Fundo Municipal de Saúde, alguns avanços podem ser destacados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, no exercício de 2019, resultado de maior eficiência administrativa, investimentos e alocação de recursos, dentre eles:

- Intervenções de manutenção predial preventiva e corretiva de 08 Unidades Básicas de Saúde e 08 estabelecimentos de média e alta complexidade, com conclusão de 06 Unidades de Saúde (Centro de Saúde Genésio Ramos Filho; USF da Vila Sarney; Socorrão II; SAMU-Sede; Base Descentralizada do SAMU do C.S Amar; Base Descentralizada do SAMU da UM São Bernardo).
- Modernização da CEMARC (Central de Marcação de Consultas e Exames), além da criação de GT de Marcação de Consultas e realização de mutirões para diminuir as demandas reprimidas, o que possibilitou aumentar o número de atendimentos e marcação de consultas, permitindo assim a marcação de 2.114.132 consultas e exames;
  - Início de informatização de todas as salas de vacina;
- Alcançou meta das campanhas de vacinação: Campanha Contra a Influenza (96,41%); Campanha Contra o Sarampo em crianças de 01 ano a menor de 2 anos (91,16%). Foi utilizada a estratégia de postos volantes para vacinação em shoppings, faculdades, terminais de integração, entre outros;
  - Renovação de toda a frota do SAMU;
  - Aquisição de 05 (cinco) novas ambulâncias por meio de Emenda Federal;
  - Qualificação do SAMU;

- Aumento na distribuição de órte	ses e pro	óteses	e meios	auxiliares	de
locomoção, tendo sido entregues:	•				
<ul><li>Cadeira de Rodas: 1033;</li></ul>					
<ul><li>Aparelhos auditivos: 1.789;</li></ul>					
Dispositivos para ostomia: 43.7	797				
<ul> <li>Almofadas de Assento para</li> </ul>	prevenção	o de ú	lceras d	e pressão	em
células de ar: 140;					
Mesa de Atividades para cade	ira de roda	as: 44;			

- Aquisição de 01 (um) veículo para o CEREST, o qual possibilitou deslocamento da equipe para atendimento as Regionais de Saúde;
- Foram realizadas mais de 300 capacitações por meio do CEREST, onde 3415 pessoas foram treinadas;



- Aumento das notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho, tendo ocorrido 1016 notificações pelas Unidades Sentinelas (rede pública e privada de urgência);
- Realização de mutirão de consultas em cardiologia, neurologia e otorrinolaringologia, com autorização dos exames solicitados, no Centro de Especialidades Médicas (CEM) do Filipinho;
- Implantação do Projeto Lean nas Emergências no Socorrão I, em parceria com o Ministério da Saúde e Hospital Sírio-Libanês. O projeto atua para otimizar o atendimento hospitalar, reduzindo o tempo de espera, e desafogar o fluxo na unidade de saúde, utilizando como principal estratégia ferramentas de gestão e processos que resultam em mais celeridade, priorizando a segurança do paciente. Esse Projeto já está em funcionamento no Socorrão II desde dezembro de 2018.
  - Implantação do serviço de tele radiologia no Socorrão II;
- Foram desenvolvidos sistemas e aplicativos pela Superintendência de Informação à Saúde, para melhor gerenciamento dos serviços de saúde, a saber:

CIA - Central Interna de Ambulâncias (25.386) regulações;

SISCONV – Sistema de Controle de Contratos e Convênios (1.141 cadastrados)

SISOP – Sistema de Gestão de Órtese e Próteses:

SISTFD – Sistema de Gestão de Tratamento Foram de Domicílio;

SMAQ – App de Avaliação de UBS

SISTIP – Sistema de Gestão de Tramitação Interna de Processos

SISJUR – Sistema de Informações Jurídicas

## IV- ATENDIMENTO À LEI DE TRANSPARÊNCIA

O Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, instituído pela Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação – LAI, tem os seguintes objetivos: - atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; - informar sobre tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e, - protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

O SIC no município de São Luís foi regulamentado pelo Decreto Municipal de nº 47.272/2015. Os cidadãos enviam suas demandas através do Portal da Transparência pelo Link (http://transparencia.saoluis.ma.gov.br/)

O controle das solicitações enviadas via internet é feito pela Controladoria Geral do Município, onde as demandas referentes à SAÚDE MUNICIPAL são encaminhadas para a Secretaria Municipal de Saúde.



A Secretaria de Saúde tem na Ouvidoria do SUS uma ferramenta de interlocução entre o usuário do Sistema Único de Saúde e a Gestão Pública, inserindo de forma significativa no fortalecimento do Controle Social com participação efetiva do cidadão na luta pela garantia dos preceitos constitucionais, dos Princípios e Diretrizes do SUS, contribuindo para a qualificação da Gestão do SUS e a consolidação da Democracia.

São disponibilizados canais variados e ativos de interlocução ou comunicação com a ouvidoria. Podendo ser: presencial, telefônico, e-mail, Formulário web, correspondências oficiais, carta, caixas de sugestões, fax, entre outros.

O cidadão usuário do Sistema Único de Saúde SUS, ou seu acompanhante e familiar, poderá acessar o site do Ouvidor-SUS, disponibilizado pelo Ministério da Saúde, pelo endereço eletrônico (www.saude.gov.br), preencher o formulário web com a manifestação seja da esfera federal, estadual ou municipal.

O serviço de informação da Ouvidoria é prestado através do número 0800, onde são prestadas informações aos cidadãos inerentes aos serviços oferecidos pelo SUS, nas três esferas do governo, tais como: Números de telefones e endereços das unidades de saúde; Como adquirir medicamentos e alimentos especiais pelo SUS; Campanhas do Ministério da Saúde. Entre outros. As informações inerentes às unidades de saúde do município de São Luís são adquiridas no próprio banco de dados elaborado pela equipe da Ouvidoria/SEMUS, e outras informações por meio do Banco de Informações Técnicas em Saúde (Bits).

O Banco de Informações Técnicas em Saúde (Bits) - Ouvidor SUS, como apoio no atendimento presencial ou telefônico. Esse sistema de informação é de suma importância para gerenciar e filtrar dados coletados e reunidos pela Ouvidoria do SUS, transformando-os em informações úteis para a própria ouvidoria, para os gestores do SUS e para a sociedade, pois é uma ferramenta útil e segura. Além do Banco de Informações Técnicas em Saúde (Bits), a ouvidoria utiliza a unidade de resposta audível – URA, que é um sistema automático de atendimento telefônico (0800) em que um computador emite mensagens de voz gravadas, indicando ao cidadão as opções, as informações e os serviços disponíveis, que podem ser escolhidos utilizando o teclado do telefone.

# 11.GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O programa Desenvolvimento Econômico tem como objetivo promover, estimular e fomentar aptidões produtivas voltadas para o desenvolvimento econômico



social sustentável do município, no intuito de reduzir os desequilíbrios econômicos e sociais no município de São Luís, e tem como público-alvo a população ludovicense com idade igual ou superior a 16 anos.

Através da Sala do Empreendedor física, no bairro do Anjo da Guarda e em ações itinerantes, a SADES desenvolveu ações voltadas para o desenvolvimento de atividades produtivas e de geração de renda.

A Sala do Empreendedor, localizada fisicamente no Centro de Trabalho e Cidadania - Casa Brasil, situada na Rua da China, quadra 49, s/n, bairro Anjo da Guarda, tem como objetivo fornecer apoio aos empreendedores e propiciar desburocratização e agilidade no atendimento, no local são prestados vários serviços básicos necessários à formalização e funcionamento de micro e pequenos negócios. O espaço funciona em dois turnos, manhã e tarde com os servidores da SEPLAN e tem o apoio dos servidores municipais das Secretarias Fazenda, Urbanismo, Meio Ambiente e Saúde (Vigilância Sanitária), que foram capacitados pelo SEBRAE e pela JUCEMA para realização dos atendimentos, conforme listagem a seguir:

- Orientações a Microempresa ME, Empresa de Pequeno Porte EPP, Microempreendedor Individual-MEI;
  - Formalização e Emissão de Certificado do MEI;
  - Informações gerais sobre formalização, alteração e baixa de empresas;
  - Emissão do Documento de Arrecadação;
  - Emissão de Alvará;
  - Emissão de Certidões Municipais;
  - Consulta de débitos tributários municipais e execuções fiscais;
  - Atendimento ao MEI: Declaração Anual Simplificada;

Também fazem parte do conjunto de serviços oferecidos a oferta de microcrédito produtivo em parceria com instituições bancárias; e a realização de cursos, treinamentos, palestras e capacitações contando com várias parcerias.

A Prefeitura Municipal de São Luís aderiu à iniciativa do programa Cidade Empreendedora, que se trata de um programa desenvolvido pelo Sebrae que visa a transformação local por meio da implantação de políticas de desenvolvimento voltadas para a área econômica e social.

O programa, cuja duração será de 15 meses, se divide em diversos eixos que visam acelerar o desenvolvimento em cada município que adere à iniciativa, dentre eles os Atores de Desenvolvimento e a Sala do Empreendedor. Dando início às ações previstas no programa foi realizado entre os dias 02 e 05 de setembro, com carga horária de 40 horas, o Curso de Formação e Atualização Nível Básico para os agentes de desenvolvimento, onde foram capacitados 20 (vinte) agentes para atuação em São Luís, dentre eles os atendentes da sala Ana Cristina Silva e Claudio da Costa. Também consta no escopo das ações a realização de 20 horas de consultoria para Estruturação



e Alinhamento da Sala do Empreendedor e Acompanhamento Mensal dos agentes de desenvolvimento, através de 4 horas de consultoria mensal.

#### ATENDIMENTOS REALIZADOS:

- \* Fonte: Dados compilados/Sala do empreendedor /2019.
- \*Incluindo capacitação.

ORIENTAÇÃO SOBRE MICROCRÉDITO 189 ALTERAÇÃO DE DADOS 17 IMPRESSÃO DE DAS 191 DECLARAÇÃO NEGOCIAÇÃO DE DÉBITO 52 BAIXA DA EMPRESA 13 EMISSÃO DE ÁLVARA/CNPJ 3 FORMALIZAÇÃO ORIENTAÇÃO PARA MEI 58 INFORMAÇÕES 49 CAPACITAÇÃO 270 1.174 TOTAL

#### TRABALHO E RENDA

Em janeiro de 2018 a Prefeitura de São Luís através da Secretaria de Planejamento, em atendimento a meta de campanha da gestão do Prefeito Edvaldo Holanda Junior que objetiva a criação de um centro de encaminhamento para o primeiro emprego, elaborou um plano objetivando a implantação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no município de São Luís, seguindo as resoluções do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – MTE e as resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

Em 2018 os Conselhos de Trabalho do Estado e do Município aprovaram a municipalização do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda condição necessária para aprovação do Ministério do trabalho.

No dia 26 de setembro recebemos a resposta negativa do Ministério do Trabalho em resposta ao oficio do dia 22 de maio da SEPLAN, informando a revogação da norma/portaria que regulamentava o acordo de cooperação técnica e sugerindo celebrar o acordo de cooperação técnica diretamente com a Secretaria de Estado do Maranhão. Em novembro de 2018 formalizamos através de oficio nosso interesse em celebrar acordo de cooperação técnica junto a Secretaria de Trabalho do Estado do Maranhão - SETRES.



Em Janeiro de 2019 foi iniciado processo para criação do Centro de apoio ao Trabalho e empreendedorismo – CATE, seguindo as resoluções do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – MTE e as resoluções do CODEFAT.

O Centro de apoio ao Trabalho e empreendedorismo – CATE, criado com o objetivo de aumentar as possibilidades de inclusão ao cidadão e atuar em:

- 1. Ações de habilitação ao seguro-desemprego;
- 2. Intermediação de mão-de-obra;
- 3. Orientação profissional;
- 4. Seguro desemprego;
- 5. Programa Nacional do Primeiro Emprego;
- 6. Pesquisa e informação sobre o mercado de trabalho;
- 7. Orientações sobre microcrédito;
- 8. Qualificação social profissional;
- 9. Certificação profissional.
- 10. Empreendedorismo através da Sala do empreendedor

Em Fevereiro de 2019 FOI INICIADO o processo de locação para futuras instalações do Centro de Apoio ao Trabalho e Renda. O processo foi concluído em junho de 2019. As obras de adequação e reforma do prédio iniciaram em novembro de 2019 com previsão para conclusão em março de 2020.

DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE CONSELHOS E FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO

A SADES atua em vários conselhos, comitês e fóruns representando a SEPLAN, são eles: Conselho Municipal de Trabalho e Renda, Comitê de Valorização da Pessoa Idosa, Comitê de Monitoramento das Políticas Públicas para as Mulheres, Conselho Municipal de Turismo, Comissão da Plataforma dos Centros Urbanos, Conselho da Assistência Social, Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

A SEPLAN direcionou a SADES como responsável pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - COMDES (código da ação 2064), onde no ano de 2019 aconteceram as seguintes ações: 2(dois) seminários, 6 (seis) reuniões ordinárias.

## 12.ASSISTÊNCIA SOCIAL



O exercício de 2019 apresentou algumas peculiaridades quanto à questão do investimento da Politica, marcada por sucessivos atrasos no repasse dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, o que torna o alcance das metas previstas um desafio para o órgão gestor.

Paralelo a isso, a execução da politica de assistência social tem sido impactada pela crise dos últimos anos, com expressivo número de trabalhadores/desempregados que por sua vez se expressa nos índices de pobreza e violência, com especial rebatimento na política de assistência social que requer maior investimento para dar contas das demandas que emergem no cotidiano dos territórios.

Para fazer frente a esses desafios, o conjunto de serviços ofertados no âmbito da politica, foi imprescindível o fortalecimento da articulação com outras politicas públicas e organizações da sociedade civil, visando contribuir com a garantia de direitos da população atendida. O Programa de Proteção Social Básica, cujas ações destinam-se a prevenção de situação de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, foi ofertado nos 20 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e em 03 unidades de execução direta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e rede parceira representada por 56 entidades da sociedade civil referenciadas aos CRAS que também oferta esse serviço nos seus respectivos territórios.

# PROGRAMA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O objetivo da Proteção Social Básica é a prevenção e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, pautada na diversidade do público com observância do recorte de gênero, raça/etnia, orientação sexual. A intervenção das equipes de referencia, considerada as demandas identificadas, adota diferentes estratégias – orientações, palestras, oficinas, mini-cursos, encaminhamentos – no intuito de contribuir com o processo de ampliação do universo informacional dessas famílias e fortalecê-las na sua função protetiva.

Dados de setembro de 2019 apontam que São Luís possui cadastrado no Cadastro Único 190.547 famílias com até ½ salário per capta e destas 74.702 estão na condição de extrema pobreza e 24.501 em situação de pobreza. Isso implica significativo aumento do desemprego ou subemprego, condição que afeta diretamente a dinâmica das famílias, tornando-as mais vulneráveis e suscetíveis a riscos pessoais e sociais. Esse cenário local, que não é diferente do cenário nacional, guardadas as especificidades, exige maior investimento das politicas públicas em ações de prevenção, sobretudo da assistência social.

Desta forma, pelo rol de atividades desenvolvidas para esse fim e pelo numero de famílias alcançadas com estas atividades, acredita-se que foi possível



fomentar no interior destas famílias a cultura do dialogo, o fortalecimento e/ou resgate da sua função protetiva.

Ao lado disso, dada a natureza preventiva do Programa, o trabalho das equipes junto às famílias atendidas, possibilitou o acesso destas aos demais programas, serviços, projetos e benefícios com vistas a afiançar seguranças sociais para prevenção, proteção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social.

Soma-se a isso, que o processo de articulação e parcerias que a politica de assistência têm buscado, resultou na ampliação do acesso dos usuários em politicas de significativa importância ao enfrentamento das vulnerabilidades, a exemplo das ações Secretaria de Segurança Alimentar, da Saúde, voltadas ao uso abusivo de substancias, sobretudo pela população em situação de rua, bem como, a inclusão destas no Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, através da Secretaria Municipal de Urbanismo dentre outras.

O Programa de Proteção Social Especial objetiva desenvolver serviços socioassistenciais especializados voltados a indivíduos e famílias em situação de riscos social e pessoal com violação de direitos e ruptura de vínculos familiares e comunitários. Os serviços estão organizados por nível de complexidade – média e alta complexidade. Os serviços de Média Complexidade foram ofertados em 05 CREAS e em 02 Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua e por 01 Organização da Sociedade Civil, com a oferta do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência em Centro-Dia destinado a crianças e pessoas adultas com deficiência. Os serviços de Alta Complexidade foram ofertados em 05 unidades de acolhimento de execução direta, considerando as especificidades do público (crianças, adolescentes, famílias e pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua) e na modalidade de convênio com 02 (três) organizações da sociedade civil: Lar Calábria (acolhimento de crianças e adolescentes) e Grupo Solidariedade é Vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas) além do acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes.

O trabalho social realizado pelas equipes de referencia é prioritariamente de acompanhamento psicossocial e jurídico sistemático, através de orientações, visitas domiciliares, encaminhamentos à rede de serviços e ao sistema de garantia de direitos dentre outros, além de um conjunto de ações destinadas à sensibilização da sociedade com vistas à redução das práticas e ações violadoras de direitos.

A politica de assistência social prevê benefícios, programas e projetos, como ações complementares aos serviços. Desta forma este Programa agrega duas ações de fundamental importância para as famílias do Município de São Luís, sobretudo para parcela da população pobre ou vivendo em situação de extrema pobreza: Benefícios Socioassistenciais e Gestão do Cadúnico e do Programa Bolsa Família.



Este programa se viabilizou através da concessão de benefícios eventuais - provisões suplementares e provisórias às famílias em situação de vulnerabilidade e risco nas situações de vulnerabilidade temporária, calamidade pública, nascimento e morte, previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – Lei nº 8742/93 alterada pela Lei nº 12435/11, e na Lei Municipal nº 6.340/2018 que regula o Sistema Único de Assistência Social no Município de São Luís e pela atualização continua dos dados do cadastro único e acompanhamento sistemático das situações que podem implicar em bloqueios, suspensão e cancelamento do beneficio das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF.

Para dar conta dessa garantia do acesso ao beneficio pelas famílias que estão dentro do perfil, foi fortalecida a parceria com as politicas de saúde e educação, bem como, garantido o apoio necessário para a execução das ações de competência dessas politicas, além do investimento intensivo na capacitação dos operadores do Sistema do Cadastro Único e dos cadastradores para o adequado preenchimento dos Formulários Físicos.

Fortalecer a gestão do Sistema Único de Assistência Social, qualificando as ações da política municipal de assistência social.

# **IMPLEMENTAÇÃO**

Neste Programa estão previstas duas ações estratégicas para a gestão da politica de assistência social, quais sejam: planejamento/vigilância socioassistencial e Educação Permanente no SUAS, as quais dão suporte à execução das ações. A primeira por organizar o conjunto de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais a serem ofertados à população e a segunda por garantir o aprimoramento das habilidades técnicas do quadro de trabalhadores para uma intervenção qualificada e assertiva face as demandas apresentadas.

Dessa forma, esse Programa foi implementado a partir do planejamento coletivo envolvendo todos os setores da SEMCAS – secretários, gestores, superintendentes, coordenadores e equipes técnicas das áreas fins e meio – de modo a pensar as ações de forma articulada entre as áreas meio e fim e entre os níveis de proteção social instituídas no SUAS.

Da mesma forma que o plano se organiza com a participação do conjunto de atores envolvidos nas ofertas da politica, o processo de monitoramento e avaliação da execução deste plano também ocorreu envolvendo secretários, gestores, superintendentes, coordenadores e equipes técnicas, precedido de leitura e analise de dados de relatórios de execução e dados inseridas pelas equipes dos serviços nos diferentes sistemas utilizados pelo Ministério da Cidadania/Secretaria Nacional de Assistência Social, como ferramenta para aferir o desempenho das gestões municipais na oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos Socioassistenciais.



Complementarmente, vários momentos de capacitação foram realizados, seja de iniciativa do próprio órgão, ou ainda por outras instituições, na perspectiva de aprimorar a qualidade das ações socioassistenciais destinadas aos diferentes públicos da assistência social.

Desenvolvimento e manutenção de conselhos e fóruns de participação

Implementar ações que possibilitem a realização das atividades administrativas dos conselhos, objetivando a inclusão da sociedade nas políticas públicas através de diversos segmentos civis atuantes.

# IMPLEMENTAÇÃO:

Este Programa, dentro desta Unidade Orçamentária, foi executado a partir de garantia de condições necessárias ao funcionamento dos conselhos vinculados ao órgão gestor, bem como os conselhos tutelares, sendo disponibilizado para tanto as unidades físicas, material de consumo, equipamentos, carro com motorista e combustível. Pela via desse Programa receberem também investimentos em manutenção predial: Conselho Tutelar Cohab/Cohatrac e mudaram de imóvel Conselho Tutelar da Cidade Operária e Coroadinho.

O Programa Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujas ações estão voltadas ao fortalecimento e divulgação dos direitos desse segmento, foi implementado através da continuidade do apoio à organizações governamentais e não governamentais, cujo acesso aos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se dá por via de Edital.

Além dessa vertente, também foi oportunizada a participação de conselheiros tutelares, conselheiros de direitos e técnicos do CMDCA em eventos de capacitação, assim como, foram apoiados eventos realizados com objetivo de discutir temáticas afetas à infância e adolescência, ou com objetivo de inserir crianças e adolescentes em atividades lúdicas e de lazer ou datas alusivas relacionadas ao segmento.

Os projetos apoiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foram necessariamente no campo da proteção especial, voltadas para crianças adolescentes, com foco nas situações de risco e vulnerabilidade social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; incentivo ao protagonismo juvenil; promoção dos direitos sexuais e da saúde sexual de crianças e adolescentes; crianças e adolescentes hospitalizadas; crianças e adolescentes desaparecidas; em acolhimento, adolescentes e jovens em processo de desligamento do acolhimento institucional e familiar; apoio às práticas Restaurativas e Justiça Restaurativa e ações complementares à Educação, Cultura, Esporte e ao Lazer e Turismo, Saúde, dentre



outras e programas, projetos e serviços na linha do acolhimento. Todos com observância às diretrizes do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

O resultado previsto para esse Programa Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente era atender 3.294 crianças e adolescentes, através de Projetos das organizações governamentais e não governamentais financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e através do suporte às ações realizadas pelo órgão gestor, além das ações de capacitação voltadas aos atores do sistema de garantia de direitos ou trabalhadores que operam serviços voltados ao segmento, além das ações de divulgação da politica de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Entretanto foram atendidos 17.367 crianças e adolescentes, superando a meta em 527%. Considera-se que foi garantido o fortalecimento e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA pela via das ações realizadas em parceria com organizações da sociedade civil e das demais politicas públicas.

Por esse Programa foram atendidas 17.367 crianças e adolescentes, sendo 17.125 através das organizações da sociedade civil que a partir de projetos com foco na cultura, esporte, lazer, saúde, educação e acesso às ferramentas tecnológicas, acessaram recursos via Edital Publico e através do suporte financeiro à Projetos realizados pela SEMCAS e outras politicas públicas.

Foi também favorecida a participação de 76 pessoas - conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, equipe técnica do CMDCA e representantes de movimentos de população em situação de rua – em eventos de capacitação dentro e fora do Estado, como estratégia de ampliar os conhecimentos destes atores e garantir a defesa de direitos do segmento criança/adolescente.

Complementarmente foi garantido apoio a alguns eventos relevantes para o debate da garantia de direitos de crianças e adolescentes a exemplo de: II CONGRENORDESTE realizado em São Luís – MA, II Encontro dos Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Aprendizagem do Nordeste; Reunião de planejamento do Fórum Estadual das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (FÓRUM DCA-MA) e Seminário de Estudos e Proposições sobre Mortes violentas de adolescentes e jovens, que se realizou em Fortaleza.

Na Ação Pesquisa, Avaliação e Divulgação da Politica de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente foi garantido apoio ao Projeto da Secretaria Municipal de Saúde, em alusão ao dia Mundial da Atividade Física com o tema "Vida Ativa Brincando", com fornecimento de 350 lanches para 350 crianças e adolescentes atendidas pelo projeto (05 de abril de 2019); a realização do Fórum sobre Protagonismo Juvenil em São Luís, com destinação de 70 lanches, 70 almoços e passagens aéreas



para palestrante do evento; ao evento denominado "Cafe com Gestores" com a participação de 100 pessoas em comemoração aos 19 anos da Rede Amiga da Criança, ao encerramento das ações realizadas pela Associação das Donas de Casa da Salina do Sacavém com fornecimento de 200 almoços para crianças e adolescentes atendidos por esta organização; realização do Seminário de Monitoramento do Plano de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto; abertura do Edital de Projetos para Fortalecimento do Comitê de Monitoramento do Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de São Luís –MA; produção e distribuição de 10 mil cópias do Estatuto da Criança e Adolescente e divulgação dos Projetos poiados com recursos do Fundo através da produção de material gráfico pelo Projeto Matraca na linha da Comunicação Social e realização de Campanhas e Produção de Materiais de Divulgação do Fundo, o que facilitou o aumento na captação de recursos para o respectivo Fundo através de abertura de Editais para doações de pessoas jurídicas.

Com esse conjunto de ações foi possível ampliar e fortalecer a imagem institucional do CMDCA, enquanto órgão de defesa de direitos de crianças e adolescentes e ampliar a arrecadação para o Fundo da Criança, cujo impacto positivo, será a ampliação do apoio a outros projetos da sociedade civil voltados a garantia de direitos desse segmento.

# 13.HABITAÇÃO

A Prefeitura de São Luís segue contabilizando números significativos na condução da política habitacional de São Luís, executada em favor dos menos favorecidos e contribuindo com a redução do déficit habitacional na capital. Quase 60 mil pessoas já foram beneficiadas , na atual gestão municipal, com cerca de 16.126 imóveis na capital entregues por meio do programa 'Minha Casa, Minha Vida', distribuídas em cerca de 10 conjuntos residenciais localizados em áreas como Maracanã, Santa Bárbara, Piancó, Ribeira, Vila Maranhão, Tajaçoaba, entre outras regiões da cidade.

As informaçõe obtidas a partir do Cadastro Habitacional de Interesse Social são utilizadas como um novo banco de dados para seleção de pessoas interessadas nos imóveis do 'Minha Casa, Minha Vida' ou outros projetos habitacionais que a Prefeitura de São Luís venha realize na cidade.

Em 2019, foram sorteadas1.414 casas do Residencial Morada do Sol I, atendendo a critérios de prevalência do programa 'Minha Casa, Minha Vida' que destina 12% das unidades a mulheres chefes de família, considerando a importância dessas mulheres, mães de família, que conduzem com muito afinco a educação de seus filhos e a vida em seus lares, procurado valorizar e oportunizar a essas mulheres uma vida mais digna. mães que serem com a tão sonhada casa própria.



Além de beneficiar mulheres chefes de família, o Residencial Morada do Sol I, localizado no bairro Maracanã, também atendeu outros públicos em situação de vulnerabilidade social. Das famílias sorteadas a uma das unidades desse habitacional, 200 são oriundas de palafitas de São Luís, que foram retiradas da situação degradante em que viviam. Também são público prioritários moradores de áreas de risco; idosos e pessoas com deficiência.

O Residencial Morada do Sol I faz parte do programa 'Minha Casa, Minha Vida', executado pelo Governo Federal, em parceria com a Prefeitura de São Luís. Juntos, os residenciais Morada do Sol I e II possuem 2.176 unidades com sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço, além de área de lazer, guarita e quadra esportiva. Localizado no Maracanã, possui 1.414 casas e 42,87 m² de área privativa. As casas construídas têm sala, dois dormitórios, cozinha, banheiros e lavanderia. O residencial contará com equipamentos como escolas e unidade básica de saúde, além de quadras poliesportivas e praças.

Além dos equipamentos que possibilitarão assistência em educação infantil e em saúde, o residencial contará com sistema de transporte e os moradores contarão ainda com assistência do Trabalho Técnico Social, que oferecerá regularmente oficinas e capacitações.

Mais 224 unidades habitacionais do Residencial Piancó, localizado na região Itaqui-Bacangal foram entregues completando o ultimo do complexo Piancó I a VI, que somam 1.344 unidades ao todo. Somente , na região Itaqui-Bacanga, já foram entregues cerca de 2.500 unidades habitacionais, um volume significativo em uma área que requer muita atenção do poder público. O Residencial Piancó VI, , é composto por 224 apartamentos de seis cômodos composto por dois quartos, sala, cozinha, banheiro social e área de serviço. O conjunto conta ainda com a área de vivência social com quadra esportiva e espaço de lazer.

Destacamos, ainda, os avanços conquistados na área fundiária da capital, por meio do programa Minha Casa Legal, cujo objetivo é ceder propriedade aos cidadãos que moram em ocupação que se consolidou de maneira irregular, em áreas pertencentes ao município ou ainda nas que são parte do município e parte da União.

Para ampliar o direito à terra e garantir moradia digna para a população de baixa renda na capital maranhense, a Prefeitura de São Luís e o Governo do Estado assinaram termo de cooperação visando avançar ainda mais no processo de regularização fundiária em áreas urbanas da capital. A parceria de cooperação mútua, visa efetivar a permanência de forma legal dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos onde já estão instalados, mas não têm o documento legal sob a sua propriedade. Com a assinatura do documento, os poderes municipal e estadual se unem mais uma vez para garantir direitos sociais e humanos à população da capital e dão mais um grande passo em favor da regularização fundiária em áreas urbanas do município, que é uma



das prioridades inseridas entre as políticas sociais e habitacionais desenvolvidas na atual gestão.

Por meio do Minha Casa Legal, foram entregues mais de oito mil títulos de terra, garantindo à população de baixa renda da Ilha a propriedade sob o bem em que vive, em bairros como Coroadinho, Vila Nova, Mauro Fecury I e II, entre outros. A formalização da parceria viabiliza melhorias ao programa, com a participação ativa das associações comunitárias no processo de regularização, tendo como meta ampliar acesso a terra e expandir a ação para outras áreas do município, como Cidade Olímpica, Vila Zé Reinaldo e Santa Cruz, entre outros bairros da cidade atendendo a política fundiária como prioridade na gestão municipal, garantindo o acesso a terra que é um direito social e humano conferido a todos.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação-Semurh, órgão responsável pela execução da política habitacional no município, coordena a concessão das unidades habitacionais. Logo após a entrega dos imóveis, é desenvolvido o programa Técnico Social,ofertando aos moradores dos residenciais diversas possibilidades de capacitações, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda dessas famílias. Com esta ação, já foram capacitados milhares de pessoas, oportunizando a elas um novo ofício e a possibilidade de crescimento. As unidades habitacionais são destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social que não tenham residência própria. Cada empreendimento do programa 'Minha Casa, Minha Vida' em São Luís reserva ainda moradias para pessoas residentes em áreas de risco, desabrigadas ou que sejam beneficiárias do Aluguel Social.

#### 14.TRANSPORTES

São Luís é, atualmente, a capital do Nordeste que tem a frota de ônibus com a menor média de idade, em circulação na cidade, com aproximadamente 4,5 anos, e desde 2016, quando todos os ônibus inseridos ao sistema passaram a vir com equipamentos de ar-condicionado, adaptados com elevadores para uso das pessoas com deficiência e três portas que facilitam o embarque e desembarque de passageiros. sistema municipal de trânsito e transporte urbano de São Luís avançou ainda mais em 2019 com a inclusão de 17 novos ônibus com acessibilidade e ar-condicionado ao sistema. Com esta ação, São Luís conta agora com 680 ônibus renovados número que representa cerca 83% da frota operante na capital. Desse total, 317 veículos são climatizados e com acessibilidade para pessoas com deficiência.

A renovação da frota de ônibus da capital é parte do programa de reestruturação do sistema de transporte urbano de São Luís, que contempla ainda outras medidas como a adoção do sistema de fiscalização por biometria facial, evitando assim as fraudes que prejudicavam o sistema; a bilhetagem eletrônica com recarga embarcada; o bilhete único; o cartão criança e instalação de GPS em 100% da frota. O trabalho de revitalização das faixas de pedestres alcança os principais corredores de transporte da capital com o objetivo de reforçar a segurança no trânsito, preservando a



vida de pedestres e condutores. A Prefeitura de São Luís está realizando a implantação e revitalização das sinalizações vertical e horizontal nas principais ruas e avenidas da cidade. O trabalho está inserido no plano macro de revitalização da sinalização de toda cidade, que inclui a sinalização horizontal e vertical, proporcionando a motoristas e pedestres melhor trafegabilidade com agilidade, evitando acidentes de trânsito e garantindo à população maior segurança nos seus deslocamentos Entre os locais que recebem o serviço realizado pelas equipes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) estão as avenidas Daniel de La Touche e Holandeses. Dando prosseguimento aos serviços, o trabalho de revitalização segue para avenidas Jerônimo de Albuquerque, Castelo Branco e rotatória da Avenida Colares Moreira, no bairro São Francisco. Os trabalhos seguem o plano de operação da SMTT, priorizando os principais corredores da cidade. Além da segurança, a revitalização vai proporcionar mais organização e fluidez.

Foram implantadas ainda, placas indicativas, de disciplinamento e de regulamentação de trânsito, além da sinalização horizontal composta por faixas de travessia de pedestres, faixas de bordo e de divisórias de fluxo de tráfego. Com o trabalho, mais de 200 faixas de pedestres e demais sinalizações na capital receberam ações de revitalização da Prefeitura. Já foram revitalizadas faixas de pedestres e sinalizações semafóricas ao longo das avenidas Daniel de La Touche, Holandeses (rotatória do Comando da Polícia Miliar até o Barramar), além de toda a sinalização vertical da área do Espigão da Ponta d'Areia, Coroadinho, Península, Cohab, Renascença II e na Avenida Beira-Mar, onde foram implantadas novas faixas de pedestres.

Destacamos, também, a renovação de todo o sistema semafórico da cidade, visando proporcionar melhor fluidez ao tráfego de veículos e preservar a vida de pedestres e motoristas da capital. Os novos equipamentos semafóricos são compostos de tecnologia formada de controladores inteligentes, permitindo que as luzes do semáforo acendam e apaguem conforme o fluxo de veículos em determinado momento, podendo, assim, diminuir o congestionamento das vias. Os controladores inteligentes promovem ainda a denominada onda verde, que é quando a sinalização semafórica é sincronizada, abrindo o trânsito para tornar o tráfego mais ágil nas vias. A iniciativa integra a política de melhoria e reestruturação do sistema municipal de trânsito e transporte

A renovação dos conjuntos semafóricos já foi realizada em toda a extensão da Avenida São Marçal, no João Paulo, contemplados os cruzamentos da feira e da praça do bairro; do antigo Posto Jaguarema e outro na altura do bairro Filipinho. Na Avenida Jerônimo de Albuquerque, na altura do Cohafuma, três pontos também já contam com novos sistemas semafóricos, entre eles estão o cruzamento próximo à Escola Upaon-Açu e os existentes nas proximidades do Residencial Novo Tempo. Essa região também foi beneficiada com a instalação de novo semáforo na rotatória do Vinhais, que dá acesso ao bairro.



Outros pontos de grande fluxo da cidade a ter o conjunto semafórico renovado foram os cruzamentos do Marcos Center, na avenida Colares Moreira; o que fica nas proximidade da Ponte Bandeira Tribuzzi, na avenida Carlos Cunha; outro na avenida Guajajara, na altura do bairro João de Deus; e outros três cruzamentos na extensão da Avenida São Luís Rei de França, no Turu. Algumas vias de bairros da cidade também foram contempladas, a exemplo do Cohatrac, que teve renovado o conjunto semafórico próximo à sua entrada. Entre os pontos a serem beneficiados estão também quatro cruzamentos da Avenida dos Holandeses; outro em frente à Rodoviária; na Avenida Guajajara, próximo à Secretaria de Obras e Serviços Públicos; e diversos cruzamentos na extensão da Avenida Daniel de La Touche.

Em todos os cruzamentos semafóricos a SMTT implantou malha zebrada amarela, como mais um elemento para garantir a segurança dos pedestres e motoristas. A malha visa evitar que o condutor feche o cruzamento e provoque transtornos ao trânsito no local. Entre os pontos que já receberam a pintura estão cruzamentos da Jerônimo de Albuquerque e Daniel de La Touche.

A Superintendência de Transportes da SMTT coordena estudos para conhecimento dos transportes públicos em São Luís, desenvolvendo projetos para implementação de soluções que visem a melhoria de sua eficiência e o barateamento de seus custos, desta forma promove o cumprimento da legislação e normas existentes sobre o tema, orientando os prestadores de serviços nessa área quanto a sua observância e, quando o for o caso, punindo os infratores.

A Superintendência desenvolve um trabalho gerencial de processos voltados para administração pública. Esse trabalho é dividido em 01 (uma) Gerencia de Transportes –SIT, 01 (uma) Central de Atendimento ao Estudante e 04 (quatro) Coordenações: Coordenação de Gestão Tarifária e de Benefício, Coordenação de Fiscalização de Transportes Públicos, Coordenação de Cadastro Licenciamento de Transportes Públicos e Coordenação de Gestão de Terminais.

## 2. Coordenação de Gestão Tarifária e de Benefício

A coordenação de Gestão Tarifa e Beneficio Executa um serviço específico em atendimento a Idosos, Aposentados e Pessoas com Deficiência e Deficientes. Uma atividade aparentemente rotineira, máscara a importância e termos servidores habilitados e capacitados para execução das atividades que a Gratuidade executa. A responsabilidade, atenção, concentração e dedicação são imprescindíveis para um bom desempenho das atividades.

	•	A Co	orde	ena	ıção	C	onta (	com 4	4 (q	<sub>l</sub> uatro)	⊦ra	nquias	de	atend	mit	ento	o, c	ιue
funcionam	no n	horário	das	07	7:00	а	18h.											
		_			_		_										_	

☐ Franquia da Praia Grande: atendimento a Idoso, Aposentado e Passe Livre (Deficientes).



- ☐ Franquia Cohab/Cohatrac: Atendimento Idoso e Aposentado
  ☐ Franquia São Cristóvão Atendimento Idoso e Aposentado
  ☐ Franquia Cohama/Vinhais Atendimento Idoso e Aposentado.
  REALIZAMOS MUTIRÃO DE ATENDIMENTOS MEDICOS NOS MESES DE SETEMBRO. OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2019
- 1) Pericia medica MENTAL: DR. Marni Alencar Pontes- 4 horas semanais ,40 atendimentos por dia, 160 atendimentos por mes, 640 atendimentos realizados durante o mutirão;
- 2) Pericia medica FISICA: Dr. Graça Almeida- 4 horas semais, 25 atendimentos por dia, 100 atendimentos por mes, 310 atendimentos realizados durante o multirão.

PRODUTIVIDADE DE CARTÕES CONFECCIONADOS POR POSTO

- FRANQUIA DE GRATUIDADE TERMINAL DA PRAIA GRANDE
- FRANQUIA DE GRATUIDADE TERMINAL SÃO CRISTOVÃO
- FRANQUIA DE GRATUIDADE TERMINAL COHAB/COHATRAC
- FRANQUIA DE GRATUIDADE TERMINAL COHAMA/VINHAIS
- 3. Coordenação de Fiscalização de Transportes Públicos

A Coordenação de Fiscalização de Transportes Públicos tem por função realizar a fiscalização, inspeções e retiradas de Táxi, Mototáxi, Transporte Escolar, Fretamento e Turismo e Ônibus que integram a rede municipal de transportes.

## 3.1 TABELA DE VEÍCULOS APREENDIDOS E AUTUAÇÕES MUNICIPAIS E ESTADUAIS

MÊS	AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO MUNICIPAL	AUTUAÇÃO DETRAN	APREENSÃO DE VEÍCULOS
JANEIRO	268	11	14
FEVEREIRO	282	53	20
MARÇO	206	6	20
ABRIL	490	28	23
MAIO	502	30	45



JUNHO	573	40	19
JULHO	562	31	29
AGOSTO	349	26	36
SETEMBRO	307	11	11
OUTUBRO	470	10	27
NOVEMBRO	778	6	18
DEZEMBRO	0	0	0

## 4. Coordenação de Cadastro Licenciamento de Transportes Públicos

A Coordenação de Cadastro e Licenciamento de Transportes Públicos tem por função organizar e atualizar o cadastro e fornecer concessões e permissões municipais para realização de transporte público.

Possui dois locais de atendimento, que se dividem por modalidades de transportes para melhor atender as demandas em períodos sazonais. A separação proporciona melhor uniformidade no repasse das informações e visa otimizar a distribuição de tarefas entre os dois grupos de trabalho.

#### 4.1 Ações realizadas em 2019:

□ Prosseguimento Na Análise Única dos Processos: Sistema de Distribuição de Processos e Compartilhamento de Conhecimentos.  Resultado: proporcionou o tempo de resposta dos processos de 10 dias úteis.
Organização dosProcessos de 2018 para o Setor de Arquivo: uma análise está sendo realizadas nos processos desta Coordenação, enviando ao Arquivo desta Secretaria os processos inservíveis para arquivo corrente(de consulta). Sendo que anteriormente havia perda de arquivos e documentos.  Resultado: melhor organização com revisão de todas as pastas e separação do arquivo inativo e do corrente.
☐ Início do Cadastro das Novas Permissões concedidas pela Lei nº . Resultado: Efetivar a entrada dos Novos permissionários no Sistema de Táxi da SMTT.
□ Desburocratização do Processo de Declaração para o DETRAN/MA. Resultado: facilitar e agilizar para ao Permissionário a entrega da Declaração para isenção do IPVA no DETRAN/MA.
☐ Início da Integração entre a SMTT e a SEFAZ-MA para facilitar e informatizar a Emissão da Declaração aos Taxistas

Resultado: Seguem os debates para implantação da Parceria.



Redução do tempo de resposta dos Processos: o tempo na resposta dos processos que em anos anteriores chegou a ser de 30 dias, diminuiu drasticamente, devido à maior agilidade no Setor de Análise. O tempo médio atualmente é de 10 dias úteis.

Resultado: redução de 30 dias para 10 dias úteis.

☐ Integração ente o Cadastro e a Fiscalização: antes não havia alinhamento entre os referidos setores. Hoje existe facilidade para consulta dos agentes fiscalizadores sobre o cadastro das modalidades(Táxi/ Moto Táxi) presentes nesta Coordenação.

Resultado: maior busca na regularização e agilidade nos procedimentos desta Coordenação, consequentemente melhor precisão na fiscalização dos transportes irregulares.

PROCESSOS DE RENOVAÇÃO ENTRE OUTROS DESTA COORDENAÇÃODO ANO DE 2019NA MODALIDADE TÁXI.

Resultado:

PROCESSOS MODALIDADE TÁXI
TIPO DE PROCESSOS QUANT.
RENOVAÇAO PERMISSÃO COM VEÍCULO 1.769
CERTIDÕES 352
SUBSTITUIÇAO DE VEICULOS 283
CADASTRO DE DEFENSOR 000
ATUALIZAÇAO DO DEFENSOR 000
TRANFERENCIA DE PERMISSAO (C/S) VEIC.085
INCLUSÃO DE VEÍCULO 047

BAIXA DE VEICULO 098 RECADASTRAMENTO DE DEFENSOR 000

**OUTROS REQUERIMENTOS 006** 

NOVA PADRONIZAÇÃO 025

ANULAÇÃO DE TRANSF.005

IMPLANTAÇÃO POSTO TÁXI 007

RECADAST. POSTO TÁXI 003

PERMISSAO INICIAL 047

RENOVAÇÃO SEM VEÍCULO 141

PROCESSOS DE RENOVAÇÃO ENTRE OUTROS DESTA COORDENAÇÃO DO ANO DE 2019 NA MODALIDADE MOTOTÁXI.

Resultado:

PROCESSOS MODALIDADE MOTOTÁXI



TIPO DE PROCESSOS QUANT. RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO 03 DECLARAÇÕES DETRAN 04

## 5. Coordenação de Gestão de Terminais

A Coordenação de Gestão de Terminais é responsável poradministrar os terminais urbanos do Município de São Luís, organizando, verificando e supervisionando os serviços de limpeza e manutenção dos terminais, do sistema de vigilância, das instalações elétricas e hidráulicas, fiscalizando o cumprimento dos horários e frequência das linhas de ônibus, verificando o cumprimento do plano de estacionamento e utilização das plataformas dos terminais e mantendo a ordem e segurança dos passageiros que embarcam nos terminais de ônibus.

É composta por 5 (cinco) Terminais de Integração localizados em pontos estratégicos da cidade, como demostra o quadro abaixo:

## 5.1 Ações realizadas em 2018:

- Instauração de processos administrativos (servidores faltosos);
- -Redistribuição/lotação de servidores;
- -Vistorias nos Terminais;
- Execução/Acompanhamento de Portarias;
- Acompanhamento de Notificações/Infrações/Processos;
- Acompanhamento/Fiscalização nos terminais de integração em todos os turnos;
  - -Lotação e Redistribuição dos Coordenadores de terminais;
  - Gestão itinerante;
- -Atividades inerentes a Gestão como: fechamento e controle das atividades realizadas pelos servidores;
  - Participação das Reuniões do comitê Gestor;
  - Vistoria nos Terminais de Integração junto ao Ministério Público;
  - Parceria com o PROCON/MA;

Instauração de processos administrativos.

Constatou-se um elevado número de funcionários no quadro e servidores lotados nos terminais, porém alguns já não exercem mais as funções, entrando no quadro de faltosos e sendo enquadrados no artigo 240,inciso III, alínea "a", e artigo 289, inciso II — do estatuto do servidor público municipal.

## Redistribuição/lotação de servidores

Com o levantamento do número de servidores lotados nos terminais, houve a necessidade do redistribuição, uma vez que notou-se o número elevado servidores em alguns turnos e a deficiência em outros.



Vistorias nos Terminais.

Foram feitas constantes vistorias nos terminais de integração com o objetivo de identificar problemas estruturais nas instalações físicas dos terminais.

Execução/Acompanhamento de Portarias.

Eventuais Portarias emitidas pelo Secretário Municipal de Transito e Transporte onde solicita fluxo mínimo de carros, para o dia, (atipicamente) amparando a população em eventos pontuais: Religiosos, Estudantis, Concursos, Culturais, entre outros.

Acompanhamento de Notificações/Infrações/Processos.

Receber notificações realizadas por servidores (Supervisores e Fiscais de plataformas) de todos os Terminais, encaminhar para SUTRANSP, de forma que seja gerado um Processo. Que, por sua vez, retorna para CGT em forma de Processo, e encaminhado para o respectivo servidor que notificou, de modo que, seja lavrado o Auto de Infração e novamente encaminhado para SUTRANSP.

Acompanhamento/Fiscalização nos terminais de integração em todos os turnos.

Com a redistribuição dos servidores, houve a necessidade de fazer o acompanhamento daqueles que foram redistribuídos, e dessa forma conduzir a sua adaptação.

Lotação e Redistribuição dos Gerentes.

Em análise a demanda dos terminais, foi constatada a necessidade da redistribuição dos gerentes.

Gestão itinerante.

A Coordenação de Gestão de Terminais, constatou a necessidade de vivenciar as dificuldades enfrentadas pelos gerentes, dessa forma desenvolveu a gestão itinerante. VAtividades inerentes a Gestão como: fechamento e controle das atividades realizadas pelos servidores.

Participação das Reuniões do comitê Gestor.

Reuniões realizadas com o objetivo de solucionar os transtornos detectados pelo gestores dos Terminais, juntamente com os representantes dos consórcios.

Vistoria nos Terminais de Integração junto ao Ministério Público.

Foram realizadas vistorias em todos os Terminais de Integração, afim de, identificação de irregularidades no que tange a Estrutura interna de cada Terminal.



Parceria com o PROCON/MA.

Realizada parceria com o PROCON/MA afim de direcionar valores aprisionados em multas por irregularidades identificadas pelo MP, para melhorias estruturaisemergenciais, em cada Terminal de Integração Rodoviário.

## 6. Central de Atendimento a Escola e ao Estudante

A Central de Atendimento a Escola e ao Estudante é responsável pelas atividades descritas no quadro abaixo:

## 6.1 Atividades Desenvolvidas

□ Distribuição de ofícios, declarações, informações complementares, senhas e login's para cadastramento dasescolas e seus alunos; □ Cadastro e recadastro das instituições de ensino, através do recebimento de documentos, como: cópia autenticada do alvará de funcionamento (somente instituições particulares), CNPJ — atualizado (para todas as instituições), cópia autenticada do termo de reconhecimento do MEC, conselho estadual de educação ou autorização de funcionamento (exceto cursospré — vestibulares), contrato social (somente para instituições particulares); □ Emissão e entrega de cartões estudantis (1ª e 2ª vias), que dá direito somente a meia passagem: □ Formatação dos cartões de meia passagem, como tambémdas entidades estudantis: CES,MEI, AMESU e UER, após transferência de arquivos; □ Consulta e informa situação do estudante no sistema e enviando-o ao setor de acordo com sua necessidade;
□ Desbloqueiaos cartões bloqueados pelo sistema após o prazo dado pela SMTT para cadastro e recadastro das escolas ou bloqueados por conta da evasão constatada pela Comissão de Fiscalização Especial de Meia Passagem, após comprovação de vínculo com a instituição. □ Bloqueia os cartões dos alunos quando da fiscalização verifica-se que a frequência presencial destes alunos não foi comprovada □ Analisa as justificativas das escolas a respeito da fiscalização;
6.2 Comissão de Fiscalização Especial de Meia Passagem  ☐ Objetivo
o Verificar a veracidade das informações prestadas pelas instituições de ensino e a real frequência dos estudantes beneficiados com a meia passagem, combatendo, assim, as fraudes de bilhetagem estudantil.
Critérios Utilizados para Criação do Cropograma de Fiscalização



O trabalho da Comissão de Fiscalização Especial de Meia Passagem é baseado nas informações prestadas pelas escolas à Central. Montamos um cronograma de fiscalização através de:

- o Denúncias:
- o Escolas que foram fiscalizadas no ano de 2017 e que tiveram um grande número de fraudes;
- o Escolas com estruturas físicas incompatíveis com o número de alunos informados.

#### Atividades Realizadas

- o Supervisão
- Supervisionar, acompanhar, controlar e orientar no planejamento e no fluxo operacional de fiscalização da comissão;
- Responder por uma atividade com o objetivo de atingir metas e serviços específicos do cargo;
- Promover a integração de sua equipe e assumir, quando necessário, responsabilidades de maior complexidade.
  - o Agentes Fiscais
- Fazer o cruzamento das informações constantes nos diários de classes e dossiês de matrículas com as relações enviadas pelas instituições de ensino à SMTT.
  - Agente Administrativo Interno
- Digitar e enviar as relações dos alunos evadidos e sem vínculos com as instituições, conforme relatório dos agentes fiscais para bloqueio os respectivos cartões;
  - Executar outras atividades inerentes a função do cargo.
  - Composição da Comissão Especial (Parcerias)
- Secretarias Municipais de Educação: São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar;
  - Secretaria Estadual de Educação;
  - Entidades Estudantis: MEI, CES, UER E AMESU;
  - Empresa Bitcard.

## 6.3 Ações Realizadas em 2019

- ☐ Reuniões com as Entidades para alinhamento das ações
- Resultado: alinhamento das datas de recadastramento das escolas e do fechamento do Banco de Dados.
  - □ Recadastro e Cadastramento de Escolas



- Resultado:
- o 621escolas regularizadas (aprovadas);
- o 321.361estudantes informados.
- ☐ Fechamento do Banco de Dados
- Resultado: 60.976cartões bloqueados por validade vencida ou por falta de informação no sistema e 323.527cartões bloqueados por mídia vencida (anos 2007 a 2013).
  - Emissão de Carteiras Estudantis e Carteiras de Meia Passagem
- Resultado: 103.204 carteiras emitidas no sistema SMPE, solicitados entre 01/04/2019 a 14/11/2019.
- OBS: Do período de 01/01/2019 a 31/03/2019 utilizou-se o sistema Carteira Fácil da empresa BITICARD, cujos dados não estão disponíveis no momento da confecção deste relatório.
  - ☐ Fiscalização Escolar
  - Resultado:
  - o Fiscalização Normal: 191escolas fiscalizadas;
  - o Fiscalização de Base Provisória: 72 escolas fiscalizadas;
  - o Alunos Bloqueados pela Fiscalização:4.268alunos;
- o Alunos que permanecem bloqueados após justificativa: 3.760 alunos na base de matriculados, dos quais 1.994 possuem cartão.